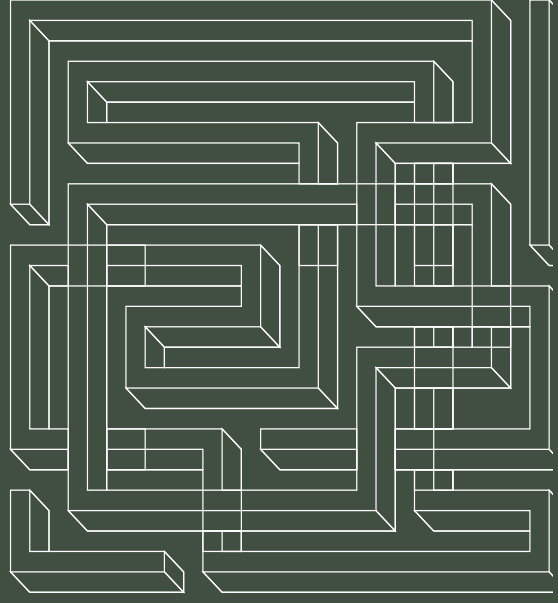


uma arquitetura de passagens

no bairro da casa verde



Caminhos cotidianos

**Caminhos cotidianos:
uma arquitetura de passagens no bairro da Casa Verde**

Trabalho Final de Graduação
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São
Paulo [FAUUSP]
Junho de 2019

Marília de Castro Garson
Orient. Luís Antônio Jorge

INTRODUÇÃO

1

“PEQUENA” HISTÓRIA DA CASA VERDE

1.1 DE SESMARIA A SÍTIO

1.2 DE SÍTIO A BAIRRO

2

O BAIRRO

2.1 REDE DE RELAÇÕES

2.2 O ESPAÇO CONSTRUÍDO

3

ARQUITETURA DE PASSAGENS

A GEOGRAFIA DO LUGAR

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

4

ARQUITETURA DE PASSAGENS: ANEXO

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

ENSAIO

RESUMO

Título - [Caminhos Cotidianos: uma arquitetura de passagens no bairro da Casa Verde]

Introdução - O cotidiano é gradativamente construído pelo indivíduo na sua adaptação ao mundo - esta composta de rituais, ritmos pessoais e lugares de rotina; produto com dimensão temporal e continuidade. O lugar tem na construção da cidade contemporânea a sua especificidade ameaçada pela velocidade que torna os corpos passivos no espaço. O bairro é então entendido como o espaço de realização do homem-lento, elemento vivo de contraposição à uniformização dominante através das relações travadas no espectro concreto e diário.

Objetivo - Desenvolver a sensibilidade do olhar analítico frente ao espaço “intermediário” construído, assumido no trabalho como o lugar cotidiano do homem “ordinário” e sintetizado pelo bairro da Casa Verde. Por espaço intermediário, entende-se o tecido urbano de limite indiferenciável entre os centros histórico, cultural e financeiro e a extrema periferia da metrópole.

Métodos - Pesquisa histórica com base em mapas, livros e registros oficiais para compreensão do desenvolvimento

da mancha urbana do bairro e análise interseccional com o desenvolvimento da cidade de São Paulo; Deriva urbana para reconhecimento do território; Modelo físico de análise do recorte territorial estabelecido.

Resultados - É proposta uma intervenção projetual no já mencionado recorte territorial estabelecido dentro do bairro da Casa Verde. A costura de programas arquitetônicos e espaços de transição dentro da malha consolidada é resultado da análise investigativa de necessidades e potencialidades do bairro, com fim ao fortalecimento da especificidade do lugar.

Conclusão - O cotidiano atribui significação ao espaço ao ancorar as relações interpessoais em sua dimensão física e temporal. Sua especificidade, ou “força do lugar”, é entendida como contraposição ao processo hegemônico de globalização. O espaço ordinário construído é fonte de reflexão e, sobretudo, concretização dos modos de ser, devendo ter sua singularidade reconhecida.

Palavras-chave - cotidiano; bairro da casa verde; história da casa verde; arquitetura de passagens; lugar do homem comum

ABSTRACT

Title - Everyday paths: an architecture of passages in Casa Verde neighbourhood

Introduction - The daily life is gradually built by the individual in his adaptation to the world - being composed of rituals, personal rhythms and places of routine; product with temporal dimension and continuity. The specificity of the “place” in the contemporary city is threatened by the “speed” that makes bodies passive in space. Therefore, the neighborhood is understood as the place of realization for the “slow-man”. Through the relations established in the concrete and daily spectrum, the “slow-man” is considered a living element of opposition to the dominant uniformity.

Objective (s) - Develop the awareness of the analytical gaze in the face of the built “intermediate” environment, assumed as the place of the “ordinary” man and synthesized by the Casa Verde neighborhood. By intermediate space is meant the urban layer of indistinguishable boundaries between the historical, cultural and financial centers and the extreme periphery of the metropolis.

Material and methods - Historical research based on maps, books and official records to address the development of

the neighbourhood urban area and its intersectionality with the City of São Paulo expansion; Urban “dérive” (exploration) for territory recognition; Physical model for a better understanding of the selected work area.

Results - An architectural intervention is proposed in the previously mentioned work area within the Casa Verde neighborhood. The architectural program - transition spaces sewing in the consolidated network is the result of an investigative analysis of the needs and potentials of the area. This intervention aims to strengthen the specificity of the place according to everyday paths.

Conclusion - Everyday life gives meaning to space by anchoring interpersonal relationships in their physical and temporal dimension. Its specificity, or “place-strength”, is understood as a counterpoint to the hegemonic process of globalization. The ordinary built space is a source of reflection and, above all, realization of the ways of being. Its singularity should be recognized as part of the architectural practice.

Keywords - daily life; casa verde neighborhood; casa verde history; passage architecture; the place of the ordinary man

Caminho com a minha mãe pelas ruas da Casa Verde. Havia me programado para tirar algumas fotos do bairro, percorrer as ruas sem rumo definido, e a convidei para me acompanhar. Fazia tempo que não caminhávamos pelo bairro sem algum objetivo em mente, ou sem chegar de carro para alguma atividade específica. A tarde é bonita, ensolarada, algum dia de março no meio da semana. Enquanto tiro algumas fotos, observada com desconfiança por pedestres ociosos à espera do ônibus, minha mãe vai me contando pequenas coisas. Sobre um primeiro namorado que morava ali, numa casa de muro baixinho ainda existente. Sobre um doce que comia todo domingo numa esquina, após a missa. Sobre o revestimento de uma casa que mudou, ou um terraço que fora fechado com vidros. Um estacionamento que surgiu. Dois.

Em contrapartida, pergunto se ela já havia reparado em uma rua que se abria para um pátio interno de casas, todas no mesmo estilo. Ou, se ela já havia notado como a porta da Igreja não é centralizada com a praça em frente a ela. Vamos trocando impressões.

A certa altura, paramos na frente de uma pequena papelaria de bairro, provavelmente com menos variedade de produtos e com um preço menos competitivo do que qualquer outro estabelecimento do ramo. Minha mãe

reconhece uma velha amiga, colega de escola. Nos cumprimentamos e, enquanto tiro mais fotos do entorno, as duas sentam no degrau de entrada da loja. Talvez elas não percebam como a ação é expressiva, possibilitada pela irregularidade na altura do espelho do degrau. Talvez elas não percebam na conversa cotidiana, mas a loja na verdade é uma antiga garagem, adaptada ao novo uso - assim como grande parte do comércio na mesma rua. Com certeza, não perceberam a inexistência de recuos frontal e lateral, o que permite que elas desfrutem daquele canto de frente pra rua, que se abre. Se houvesse recuo, ele seria ocupado pelo carro.

Aquele encontro é precioso. Será que perceberam?

O que perceberam foi, sem dúvida, a identidade de cada uma reafirmada no encontro e no espaço.

INTRODUÇÃO

¹ Buan, palavra do antigo alto-alemão usada para dizer “construir”, que significa habitar. (HEIDEGGER, 1954)

Além de seus propósitos práticos, as estruturas arquitetônicas tem uma tarefa existencial e mental significativa: elas domesticam o espaço para a ocupação humana ao transformarem espaços anônimos, uniformes e indefinidos, em lugares distintos e com significância humana. Igualmente importante é o fato de que elas tornam tolerável o tempo infinito ao atribuir uma medida humana à sua duração. (PALLASMAA, 2018, p. 14)

Temos partes projetadas e ocultas de nossas vidas em paisagens e casas em que habitamos. (PALLASMAA, 2018, p. 18)

A maneira como tu és e eu sou, o modo segundo o qual somos homens sobre essa terra é o *buan*¹, o habitar. (HEIDEGGER, 1954, p. 2)

De acordo com CERTEAU (2009, p.31), “o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (...), nos pressiona dia após dia”. Ainda, é um mundo de memória olfativa, memória dos lugares de infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres. Produto com dimensão temporal e continuidade, o cotidiano é gradativamente construído pelo indivíduo na sua adaptação ao mundo; um conjunto de rituais, ritmos pessoais e lugares do dia-a-dia.

Acidade contemporânea, no entanto, gradualmente eliminou a especificidade do lugar (PALLASMAA, 2018). Seus movimentos, rápidos e mecanizados, impedem o estabelecimento de um contato íntimo e corporal ao tornar passivo o corpo e os outros sentidos. Se o vínculo corporal com a cidade se perde, como habitamos? E ainda, se habitar é construir, como construímos?

As inquietações abordadas no presente trabalho - superfícies arranhadas, na verdade - surgiram de inúmeras fontes. A primeira delas é, naturalmente, a experiência pessoal. Estar na

posição de estudante de arquitetura e urbanismo e habitar a Casa Verde desde o nascimento; um bairro periférico além-Tietê, cuja construção e ocupação é similar à grande parte dos bairros periféricos, ora regidos por lógicas próprias, ora não. A segunda tem origem numa provocação do meu orientador, Luís Antônio Jorge. Ao contar sobre sua visita ao Restaurante Mocotó, na Vila Guilherme, despertou minha atenção para o espaço banal e sua vivência, cuja relação com o espaço construído é pautada no cotidiano e na afetividade em oposição à percepção consciente da arquitetura. A terceira, por fim, é a crença de que integramos não somente a realidade material e física, mas habitamos realidades culturais, mentais e temporais. Como diria PALLASMAA (2018, p.9) “experiências na arquitetura surgem de memórias e significados secretos e pré-conscientes, bem como de encontros existenciais e ressonâncias, em vez de uma estética puramente visual”.

O trabalho é organizado em três capítulos: 1) “Pequena” História da Casa Verde; 2) O Bairro e 3) Arquitetura de Passagens. No primeiro capítulo, é feita uma investigação do desenvolvimento urbano da Casa Verde, de sesmaria à loteamento, contextualizando-o, quando possível, com o processo histórico das transformações da cidade de São Paulo. O segundo capítulo divide-se em duas partes: Rede de Relações e Espaço Construído; em Rede de Relações, define-se brevemente o que é um bairro do ponto de vista social e interpessoal e em Espaço Construído, por sua vez, é proposta

uma análise formal da arquitetura “banal”, dentro do recorte estabelecido como área de estudo no bairro da Casa Verde. Objetiva-se, com esse capítulo, identificar elementos do bairro que integrem o espectro do “cotidiano” do ponto de vista social e, em certa medida, arquitetônico. No terceiro capítulo, é apresentado todo o processo de desenvolvimento que embasou as principais decisões projetuais, desde a metodologia de interpretação da área de estudo até estratégias de intervenção.

No caderno em anexo, 4, há a compilação dos desenhos e diagramas representativos do ensaio. Exploram possibilidades de integração urbana no território edificado com o intuito de fortalecer a esfera cotidiana dos deslocamentos.

² MORSE (1970) afirma que cinco grandes artérias de convergência conformaram o território metropolitano e definiram o papel de São Paulo como ponto de entroncamento e articulação regional. Guarulhos, Freguesia do Ó, Santo Amaro, São Miguel e Tatuapé são considerados freguesias e aldeamentos na interpolação das rotas para o Rio de Janeiro, Campinas, Serra do Mar e para o Oeste Paulista. De modo geral, compreende-se que a observação de LEITE (1939) explicita o vazio historiográfico no registro da Casa Verde, porém deve-se ter em mente a localização estratégica das regiões citadas e sua natural participação na vida cotidiana da época.

“PEQUENA” HISTÓRIA DA CASA VERDE

Silêncio, é madrugada.

No morro da casa verde

A raça dorme em paz

E lá embaixo

Meus colegas de maloca

Quando começa a sambá não pára mais

Silêncio!

Valdir, vai buscar o tambor

Laércio, traz o agogô

Que o samba na casa verde enfezou!

Silêncio!

(Adoniran Barbosa, “No Morro da Casa Verde”)

O bairro da Casa Verde pode ter diferentes caracterizações, todas filtradas pelos olhos [experiências] de quem o vê. A Casa Verde do Samba, que sedia tradicionais escolas de samba paulistanas e blocos de carnaval; a Casa Verde negra, que acolheu afro-brasileiros e imigrantes recém-chegados ao Brasil ou expulsos pela valorização imobiliária do Centro de São Paulo nas primeiras décadas de 1930; a Casa Verde bairro em contraposição ao distrito. Para se construir uma visão identitária, é proposta a retomada de sua origem e consolidação no tecido urbano da cidade de São Paulo.

Em seu livro “Pequena história da Casa Verde”, Aureliano Leite (1939) afirma que as primeiras referências à região remontam ao fim do século XVIII - antes, era apenas objeto esporádico de menções vagas e “desligado às causas vetustas”. Em contrapartida, Guarulhos, São Miguel, Freguesia do Ó, Santo Amaro e Tatuapé, entre outras regiões periféricas, figuravam como cenários de acontecimentos remotos da vida paulistana². De acordo com o autor (1939, p.9),

“o chão banhado pelo Mandaqui [Rio Mandaqui] continuava afundado num capítulo em branco de seu pretérito”.

A fim de investigar a etimologia do nome do bairro, o autor recorre a uma matéria da seção histórica do jornal “Folha da Manhã”, edição de 18 de junho de 1939, escrita por Rui Bloem e Bastos Barreto Belmonte. De acordo com o artigo, o nome do sítio e bairro da Casa Verde remonta a uma velha casa verde existente não na referida região, mas sim em uma travessa do Colégio [Colégio de Anchieta]. A casa fora habitada por sete mulheres da família Arouche Rendon. Donas do sítio que dera origem ao bairro, a nomenclatura de “moças da casa-verde da travessa do Colégio” passou a designar também a propriedade localizada além-Tietê. Com essa versão, Aureliano Leite contesta a hipótese defendida pelo historiador Antonio de Toledo Piza, que recorria a existência de uma propriedade da cor verde no próprio Sítio da Casa Verde.

Ao continuar sua pesquisa, Aureliano Leite apresenta uma carta datada de 1794 do Tenente-General José Arouche de Toledo Rendon a seu irmão, Dr. Diogo de Toledo Lara e Ordonhez, em Lisboa, de onde extrai a frase “ - *Neste mesmo navio vai um caixote de café da Casa-Verde*”. Em consulta à Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, volume XXXIV, o autor revela que as “moças da Casa Verde” já eram mulheres quando recenseadas em 1775³. Portanto, as duas informações sugerem que: 1) o sítio em

questão já se chamava Casa-Verde em 1794; 2) a família Arouche Rendon, residente no triângulo histórico⁴, foi realmente proprietária da gleba.

Ao voltarmos a atenção para o sítio em questão:

De 25 anos para trás, quem olhasse, principalmente da Barra Funda ou dos Campos Elíseos, para a banda contrário do Rio Tietê, observaria, completamente silvestre e desabitada, entre o arrabalde do Limão e a Chácara da Ordem de S. Bento, toda uma extensão territorial, subindo pela colina e desdobrando-se para o outro lado, em pequenos vales e cômodos verdejantes, a morrer nas fraldas da soberba Cantareira. Dentro desse espaço de cerca de 200 alqueires, assentava-se à meia encosta, em distância de umas duzentas braças do grande curso de água, uma única morada, de pé-direito baixo, mas espaçosa: era a sede do sítio antigo do finado João Maxwell Rudge. (LEITE, 1939, p.19).

Aureliano Leite (1939) aponta que muita gente supõe que a habitação presente na descrição tenha sido a verde em questão e, por essa circunstância, tenha emprestado o nome ao sítio e. No entanto, afirma que a casa-grande construída por João Maxwell Rudge nunca fora pintada na cor verde e confirma que verde fora a residência senhorial - ou apenas as rótulas - da família Arouche Rendon, localizada no número 11 da Travessa do Colégio, “entre os derradeiros anos do século XVIII e começo do século passado”. A velha sede anterior do sítio, pertencente à família Arouche Rendon, feita de

³ De acordo com LEITE (1939, p.16), “aparecem recenseados ‘na travessa para o Colégio’ (...) Agostinho Delgado, viúvo, com 53 anos, e suas filhas: Ana, com 22 anos, Caitana, com 23 anos, Pulquéria, com 21 anos, Maria Gertrudes, com 18 anos, Gertrudes, com 16 anos, Joaquina, com 13 anos, e Rudesinda, com 12 anos’ De seus filhos homens, só figura aí o segundo Francisco (...) único que ainda morava com o pai.”

⁴ O termo triângulo histórico se refere a uma região triangular localizada no centro histórico de São Paulo, núcleo da ocupação colonial, balizada pelos conventos de São Francisco, São Bento e Carmo (TOLEDO, 2004) ou viariamente pelas Ruas São Bento, Direita e XV de Novembro (ROLNIK, 2001).

⁵ Amador Bueno da Ribeira é um personagem popular na historiografia colonial. Em 1641 teria sido aclamado pela população local como “Rei de São Paulo”, independente de Portugal e Espanha. a escassez de documentos coesos sobre o suposto evento indica que esta foi muito mais uma invenção tardia, possivelmente confeccionada pela intelectualidade paulista oitocentista com o intuito de diferenciar Brasil e Portugal (CARDOSO, 2012).

⁶ “Filhas: D. Ana Tereza de Araujo Rendon, D. Caetana Antonia de Toledo Lara e Moraes, D. Pulquéria Leocádia de Toledo Rendon, D. Gertrudes Genebra de Toledo Rendon, D. Maria Gertrudes, D. Joaquina Luisa de Toledo Lara e D. Rudezinda de Toledo Rendon. Filhos: Dr. Francisco Leandro de Toledo Rendon, Dr. Diogo de Toledo Lara

taipa de pilão e material grosseiro, dificilmente se apresentaria tinta de verde (LEITE, 1939).

1.1 De Sesmaria à Sítio

Ainda que as hipóteses acerca do motivo do nome “Casa Verde” nos forneçam pistas para compreender as origens do sítio, podemos ainda rastrear como a propriedade chegou até as mãos da família Toledo Rendon.

De acordo com Leite, após Martim Afonso de Souza - que recebera de D. João III a doação de toda a Capitania de São Vicente - o proprietário mais antigo “do chão marginal ao rio Tietê, do lado direito [...], desde a Casa Verde às proximidades de São Miguel” (1939, p.35) seria Amador Bueno⁵:

Em 1611 e 1627, Amador e seu pai Bartolomeu Bueno obtiveram três concessões de sesmarias, que lhes deram três léguas de chão, léguas grandes, calculadas a ôlho, nessas paragens. Acresce que, em 1616, Amador requereu licença, a qual lhe foi deferida, para assentar “hu moinho para moer trigo nu ribeiro q’chamão ‘manaqui’ da outra bando do ‘rio grande’ mea legoa de terra para dentro... (LEITE, 1938, apud LEITE, 1939).

O Ribeirão “Manaqui” é o Rio Mandaqui, que atualmente corre canalizado sob a Avenida Engenheiro Caetano Álvares. Nasce na Cantareira e, após servir como divisa política das subprefeituras do Limão e da Casa Verde, tem sua

faz no “Rio Grande” ou o Rio Anhembi, atual Rio Tietê.

As sesmarias foram sendo repartidas em glebas menores e o local do sítio da Casa Verde se encontrava, no fim do século XVIII, com Agostinho Delgado de Arouche, casado com D^a Maria Tereza de Araujo Lara, tetraneta de Amador Bueno. Hereditariamente, as terras foram transferidas aos seus onze filhos legítimos⁶. Por diversos motivos, cinco das sete irmãs e o Tenente-General José Arouche Rendon tornaram-se notáveis socialmente. O fato de ter tido dois filhos legitimados tardiamente e o falecimento de dois de seus irmãos fez com que o Tenente-General fosse mais ligado às suas irmãs, todas solteiras. Suas irmãs moravam com ele na já mencionada casa de número 11, na Travessa do Colégio. A residência “*oferecia aspectos solarengos, ostentando sacadas de ferro forjado e beirais salientes, com telhas vidradas de calha, como ornamento. As janelas eram guarneçadas de rótulas pintadas de verde. Teriam tido a mesma côr as demais peças de madeira da fachada*” (LEITE, 1939, p.23).

Devido a importância social do Tenente-General e a seu cargo como o primeiro diretor da Academia Paulista de Direito, de 1828 a 1833, as irmãs gozavam de prestígio perante os estudantes; independente disso, elas próprias, segundo Aureliano Leite (1939), já haviam conquistado boa parte de sua popularidade por serem “gentis e festeiras”. A fim de facilitar a referência à elas nas rodas de rapazes, o autor comenta que era mais

fácil chamá-las de “moças da casa verde da travessa do Colégio”. Herdeiras de terras localizadas a uma légua da capital e do outro lado do Rio Tietê, as irmãs Arouche Rendon utilizavam a propriedade em longas temporadas durante a época da seca. A então colina da Casa Verde desfrutava de um panorama privilegiado da São Paulo dos anos 1830 e os campos ao redor ofereciam a oportunidade para famosos bailes e piqueniques para os quais, segundo LEITE (1939), os rapazes da época eram

convidados. Como dito, o local tornou-se popular entre os estudantes da cidade de São Paulo como “o sítio das moças da casa-verde da travessa do Colégio”, que posteriormente generalizou-se e encurtou para “o sítio da Casa Verde”.

A propriedade fica com a família Arouche Rendon até 1830. De 1830 a 1857, há um hiato na filiação das escrituras exibidas na ação de demarcação de terras processadas em São Paulo, em 1915, perante

Ordonhez, Tenente-General José Arouche de Toledo Rendon e Cónego Francisco Joaquim de Toledo Arouche.” (LEITE, 1939, p.44).



A foto mostra o antigo edifício dos Correios à direita, na esquina da Rua Anchieta com o Pátio do Colégio. A Rua Anchieta já foi conhecida como Beco do Bispo, Travessa para o Colégio e Rua do Palácio, e faz a ligação do Pátio do Colégio com a Rua XV de Novembro (Fonte: Postal de 1910, Correio Geral, Edição Malusardi).

⁷ O Barão de Prates, ou Eduardo Prates, fora um conhecido empresário da elite paulistana. Foi responsável pela construção de inúmeros prédios no centro e participou das negociações que permitiram que as glebas utilizadas no Vale do Anhangabaú passassem para as mãos do poder público.

⁸ Além de terras “nas cercanias da Côrte” [Rio de Janeiro], no Engenho Velho, John Rudge viera a São Paulo e comprara uma fazenda além do Rio Pinheiros, entre Santo Amaro e o “município da Capital”. A essas duas propriedades, John Rudge denominara Morumbi, distinguindo-as por Morumbi do Rio e Morumbi de São Paulo. (LEITE, 1939).

⁹ O desejo de retificação do Tietê é antigo. Em 1866, o então presidente da Província de São Paulo,

o juízo da 1. Vara Cível e Comercial (LEITE, 1939). Em 1857, o sítio da Casa Verde passa para a posse de Francisco Antonio Baruel, que o vende ao Tenente-Coronel Fidélis Nepomuceno Prates, pai do Conde de Prates⁷. Em 1858, o Dr. Joaquim Floriano de Araújo Cintra o adquire por permuta. No mesmo ano, o Dr. José Maria de Andrade o compra e logo em seguida o cede à firma B. Gavião, Ribeiro & Gavião como pagamento de dívida. Finalmente, em 1882, João Maxwell Rudge adquire a propriedade.

Nascido no Rio de Janeiro em 1839, filho de John Rudge⁸ e Maria Amália Maxwell, João Maxwell Rudge fora um “empresário” paulista consideravelmente conhecido nos círculos sociais da elite. Após seu envolvimento com obras técnicas em Limeira, na zona da Estrada de Ferro Paulista, e empreitadas na linha-férrea da “Companhia São Paulo e Rio”, sob a direção dos engenheiros William Wigtman e Charles Dulley, ao fixar-se novamente em São Paulo, João Rudge dedicou-se à construção de prédios e residências paulistanas, a exemplo de habitações na Praça da República e ruas Aurora e Brigadeiro Tobias. Rudge casou-se duas vezes em famílias paulistas; do primeiro casamento com Luísa Vergueiro, neta do Senador Nicolau Vergueiro, nasceram os irmãos Horácio e João Vergueiro Rudge e as irmãs Ana, Olímpia, Luísa e Paulina Vergueiro Rudge - figuras-chave no loteamento e desenvolvimento urbano do sítio da Casa-Verde.

O autor apresenta alguns argumentos para situar

a sede da fazenda de Amador Bueno a algumas centenas de metros do prédio construído em 1886 por João Maxwell Rudge, no cruzamento da rua Zanzibar com a rua Kiel (ruas hoje existentes). Segundo o mesmo, à época do escrita do livro existia uma elevação empedrada de “*dupla vantagem aos moradores de outrora, os quais se utilizavam do rio como meio de transporte (...) sua posição elevada jamais se sujeitará a inundar-se com o maior extravasamento de suas águas*” [do Rio Tietê] (LEITE, 1939, p. 38). Vale lembrar que com o início das obras de retificação⁹, o Rio Tietê sofreu alterações em sua configuração meândrica original. Em segundo lugar, a distância da Casa-Verde à Rua Direita [uma légua pequena] é muito menor do que a distância de Conceição de Guarulhos ao “centro urbano” [mais de duas léguas], outro suposto local de implantação da sede da propriedade de Amador Bueno. Por fim, quando João Rudge adquire o sítio em 1882, encontra uma grande casa de taipa de pilão, em ruínas, possuindo ao lado resquícios de uma pequena capela. Sob as grossas paredes de ambas descobriram-se velhas moedas e preciosidades antigas, possivelmente tratando-se da casa das irmãs Arouche Rendon; nesse mesmo local, Oswaldo Rudge, neto de João M. Rudge, encontrou resquícios da primeira morada da fazenda colonial (LEITE, 1939). Não consta descoberta de outras ruínas ou habitações nos arredores, sendo a mais próxima um casarão colonial localizado “*a cerca de dois quilómetros (...), na terceira colina (...), ao sopé da qual corre o riacho Mandaqui*”, em terras adquiridas pelo Dr. Francisco de Paula Peruche¹⁰.

A propriedade em questão é a sede do Sítio Mandaqui, posteriormente loteado como “Parque Peruche”.

Culturas do Sítio da Casa Verde

O sítio da Casa Verde também tem uma história interessante relacionada à utilização do solo. As primeiras explorações agrícolas mais proveitosas do município, praticadas além-Anhembi, consistiam principalmente do trigo (LEITE, 1939). Ainda que a propriedade fosse de considerável extensão, comportando cerca de 200 alqueires, e o perfil de Amador Bueno de certa importância, seu nome não figura entre os produtores de trigo e agricultores da primeira metade do século XVII. De acordo com LEITE (1939, p.63), *“o nome de Amador e de seus sucessores mais chegados sofre certa campanha misteriosa em favor de seu esquecimento e desprezo...Por isso, raramente, se refere aos Buenos, na velha documentação seiscentista”*. A licença pedida por Amador Bueno para a construção de um moinho próximo ao Rio Mandaqui surge, todavia, como documento que comprova a cultura de trigo no local.

No período em que o sítio da Casa-Verde esteve na posse dos irmãos Arouche Rendon, até aproximadamente 1840, o cultivo predominante era o do café. Em carta já mencionada do Tenente-General ao seu irmão, em 1794, sabe-se que um caixote cheio de café partiu da propriedade para ser negociado na Europa [*“Neste mesmo navio vai um caixote de café da Casa Verde”*]. De acordo com

LEITE (1939), em consulta a Revista do Instituto Histórico de São Paulo (Volume V) escrita por Antonio Toledo Piza, as tentativas de cultivo do grão em Jundiaí se iniciaram somente em 1797, data posterior à carta. O sítio da Casa-Verde seria, assim, um dos primeiros solos paulistanos a exportar café.

O grão fora trazido para cultivo no sítio da Casa-Verde pela própria família Arouche Rendon. Não obstante, também foram responsáveis pela experimentação de diversas outras culturas como o chá, cultivado na Chácara que deu origem à atual Vila-Buarque.

Durante a administração da propriedade por João Rudge, as terras da Casa Verde distinguiam-se como pioneiras na experimentação de frutas européias e orientais. Ao lado de Luís Pereira Barreto, Dona Veridiana Prado e outras figuras do Segundo Império, Rudge desenvolveu em sua lavoura experimentações de frutos estrangeiros como o pêssego, a ameixa e o caqui. Ainda, “emparelhou-se” com Pereira Barreto no cultivo de videiras de alta qualidade. Ao lado dos já citados Barreto e Prado e de Carlos Botelho, João Rudge foi um dos responsáveis pela fixação da fruta em São Paulo (LEITE, 1939).

No fim do século XX, os limites de São Paulo se expandiam para além da linha-férrea da “São Paulo Railway” e “Sorocabana” e, se em vários pontos transpunham o Rio Tietê, logo estancavam na várzea atrás da Chácara do Carvalho, pertencente

João Alfredo Correia de Oliveira, afirmava sobre a “necessidade” de retificação a fim de utilizar o terrenos das várzeas. Em 1923 foi criada a Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê e em 1926 Saturnino de Brito publica um extenso relatório, considerado um dos melhores projetos para a área até hoje. As obras de retificação começam somente em 1940, baseadas nas ideias de Ulhôa Cintra.

¹⁰ De acordo com LEITE (1939), a propriedade estava localizada na rota para Campinas via Jundiaí, o que justifica sua relevância.

ao Conselheiro Antônio Prado. Após a morte de João Rudge em 1897, “*as colinas do sítio da Casa Verde levantavam-se desocupadas e sem nenhuma exploração agrícola*” (LEITE, 1939, p.80).

1.2 De sítio à bairro

Ao longo do século XIX, a terra gradualmente substituiu o escravo na composição econômica. Antes, o principal capital do fazendeiro estava investido na pessoa do escravo, “imobilizado como renda capitalizada”; durante a transição para o trabalho livre, esse papel foi passado para a terra. A Lei de Terras foi essencial à transferência: ao conceder um estatuto jurídico à terra, esta poderia ser hipotecada e servir de garantia para a contração de empréstimos bancários, em um momento em que estes se ampliavam como estratégia para a expansão dos cultivos” (ROLNIK, 2003). A partir daí, a propriedade imobiliária apresentou considerável tendência à valorização.

A transição do século XIX para o século XX foi decisiva para São Paulo. A cultura cafeeira e os capitais por ela gerados permitiram transformações de ordem urbanística, econômica, étnica e política na cidade, associadas a um imenso fluxo imigratório europeu.

De acordo com ROLNIK (2001), na cidade escravocrata não havia segregação espacial: o centro era local de moradia e trabalho de todos, marcado pela presença constante de escravos e do comércio, desde a negra com seu tabuleiro

até o grande armazém; a periferia era o cinturão caipira, do qual o Sítio da Casa Verde participava timidamente, e o local das chácaras das elites.

Na cidade do café configurou-se uma segregação espacial mais clara estabelecida pela delimitação de áreas para atividades e grupos sociais. Esse momento de intensos fluxos migratórios permitiu o primeiro surto industrial que ocupou as várzeas lindeiras às ferrovias, constituindo as grandes regiões operárias de São Paulo (Lapa, Bom Retiro, Brás, Pari, Belém, Mooca e Ipiranga). O momento também correspondeu ao primeiro grande surto de “urbanidade” na cidade com a implementação dos serviços de água encanada, transporte por bondes elétricos, iluminação pública e pavimentação das vias, com provisão distinta em cada um dos espaços (ROLNIK, 1939).

A colina histórica viu surgir sua primeira grande reforma urbanística com a implementação do primeiro projeto para o Vale do Anhangabaú. O Teatro Municipal e sua esplanada sobre o vale, o Viaduto do Chá, o alargamento de ruas e vielas coloniais e outras medidas, por sua vez, configurava o “triângulo” e consolidava a ocupação do chamado Centro Novo em torno da Praça da República. Surgiram boulevards, jardins públicos, cafés, lojas e equipamentos culturais.

Segundo Rolnik (2001, p.17), essas reformas são a “*expressão da mudança radical da identidade proposta para a cidade por sua nova elite*”. Ainda, é nesse momento que se constrói o primeiro



Postal estimado em 1925, com foto tomada pela Rua dos Ingleses. (Fonte: TOLEDO, 2004, p.177).

Em primeiro plano, há o casario baixo da área da Bela Vista e Bexiga, implantado nas colinas de nível intermediário do sistema regional de colinas de São Paulo. Ao centro, os edifícios de arquitetura no estilo dominante na Europa à época em que se esboçavam os dois núcleos do centro ligados pelo Viaduto do Chá. Além, o bairro do Bom Retiro e faixa de planícies aluviais não ocupadas do Vale do Tietê. Por fim, as encostas das colinas de Além-Tietê com embriões de urbanização na Casa Verde e Santana e no último plano a silhueta das pequenas serras florestais (Cantareira e Pirucaia, que servem de moldura ao norte).

(AB'SABER apud TOLEDO, 2004, p. 114).

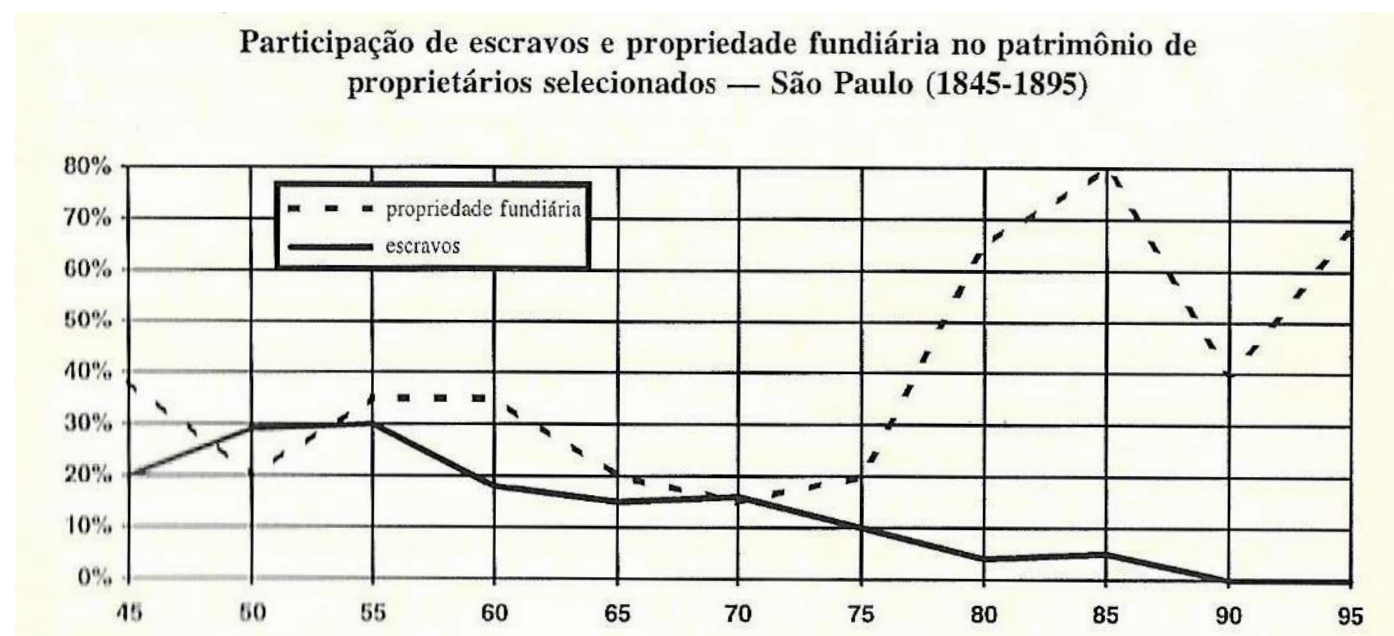
¹¹ TOLEDO (2004, p.78) comenta sobre o loteamento empírico e desordenado das Chácaras: “Iniciou-se, então, em São Paulo (...) uma epidemia de urbanização (...) pela rapidez de propagação do processo, epidemia por seus aspectos patológicos de crescimento desordenado, sem infra-estrutura”.

¹² LEITE (1939) comenta que, no período de legislação vigente anterior ao Código Civil de 1916, existia o recurso da “lesão-enorme”. Um indivíduo que adquiriu certa área de terreno por preço que julgava altamente fora do normal - e por isso lesivo ao seu patrimônio - poderia propor contra o vendedor ação própria para rescindir a respectiva escritura. O processo, naturalmente, tomava tempo. Em certo momento da causa, o imóvel comprado caríssimo pelo autor passava a valer três vezes mais, lesando ainda mais o autor da demanda.

fundamento urbanístico que governa a cidade: uma região central, investida de urbanismo e destinada às elites, em contraposição a um espaço “sem regras”, periférico, onde se mistura o trabalho e moradia da parcela economicamente mais frágil. Paralela à concentração de investimento em “melhoramentos” e a determinação dos territórios de riqueza pela legislação, há a delimitação das regiões onde deverá se instalar a pobreza. O processo se inicia com a proibição de cortiços na zona central da cidade pelos Códigos Sanitários a partir de 1886, e continua com a delimitação do chamado perímetro urbano - elencando áreas que deveriam obrigatoriamente receber serviços de infraestrutura e excluindo bairros inteiramente já habitados na época. Dessa maneira, criava-se a diferenciação entre áreas “reguladas” da cidade,

onde a habitação popular não poderia acontecer, e zonas apagadas sobre a qual o poder municipal não vigorava (ROLNIK, 2001).

A Lei de Terras, associada às legislações e mudanças urbanísticas e à implantação seletiva de infraestrutura, como dito, permitiu que a propriedade passasse a servir ao acúmulo de capital. No período, tornou-se comum o loteamento de chácaras e sítios como estratégia de fonte de renda¹¹. Pequenos chacareiros e leiteiros que haviam adquirido pequenas glebas por centos de mil réis comercializavam-nas por contos reais¹². O sítio que João Rudge adquiriu em 1882 de Manfredo Meyer por quatro contos de réis valia, em 1910, cem vezes mais (LEITE, 1939).



Participação de escravos e propriedade fundiária no patrimônio de proprietários selecionados em São Paulo (1845-1895) (Fonte: ROLNIK, 2003, p. 24).

¹³ De acordo com ROLNIK (2001), durante toda a República Velha (1890-1930) as decisões políticas sobre a gestão municipal tinham como interlocutores apenas a elite paulistana. A elite reunia proprietários rurais, ricos negociantes e banqueiros, aos quais se somava profissionais liberais vinculados a esse grupo por laços familiares ou empregatícios. A participação popular nas eleições era atravessada por redes de relacionamentos pessoais - dos quais se poderiam obter favores e oportunidades.

¹⁴ Nessa época, a existência da “paisagem” fora pela primeira vez como elemento de valorização da propriedade. Maria Naclério Homem (2011) nos dá como exemplo a propaganda do Boulevard Burchard, loteamento que deu origem a Higienópolis, e exemplifica como a paisagem foi utilizada comercialmente a partir de argumentos sanitistas e estéticos.

Do falecimento de João Rudge, em 1897, até 1912, o sítio da Casa-Verde permaneceu intocado. As vias férreas se projetavam nas várzeas próximas, e a região da Barra Funda desenvolvia-se com novos casarios e com o lançamento da rua Anhanguera e da Avenida Rudge, que se estendia até onde a baixada alagadiça permitia.

De acordo com Aureliano Leite (1939), certo dia os herdeiros de João Maxwell Rudge foram procurados por uma empresa que lhes sugeriram a venda do sítio. A proposta era, obviamente, interferir na gleba de modo a torná-la passível de ocupação: “altear a baixada para torná-la transitável até a beira do Rio Tietê, (...) deitar uma ponte sobre o largo rio, aterrar a margem contrária (...), planejar ruas e praças, terraplanar (...)”. Os irmãos Vergueiro Rudge, a princípio, aceitaram a oferta. Em um segundo momento, o compromisso foi rescindido pela empresa compradora. Horácio Vergueiro Rudge, à frente de suas irmãs Ana, Olímpia, Luísa e Paulina, recusaram outras ofertas e resolveram eles próprios promover a fundação do novo “arrebalde”.

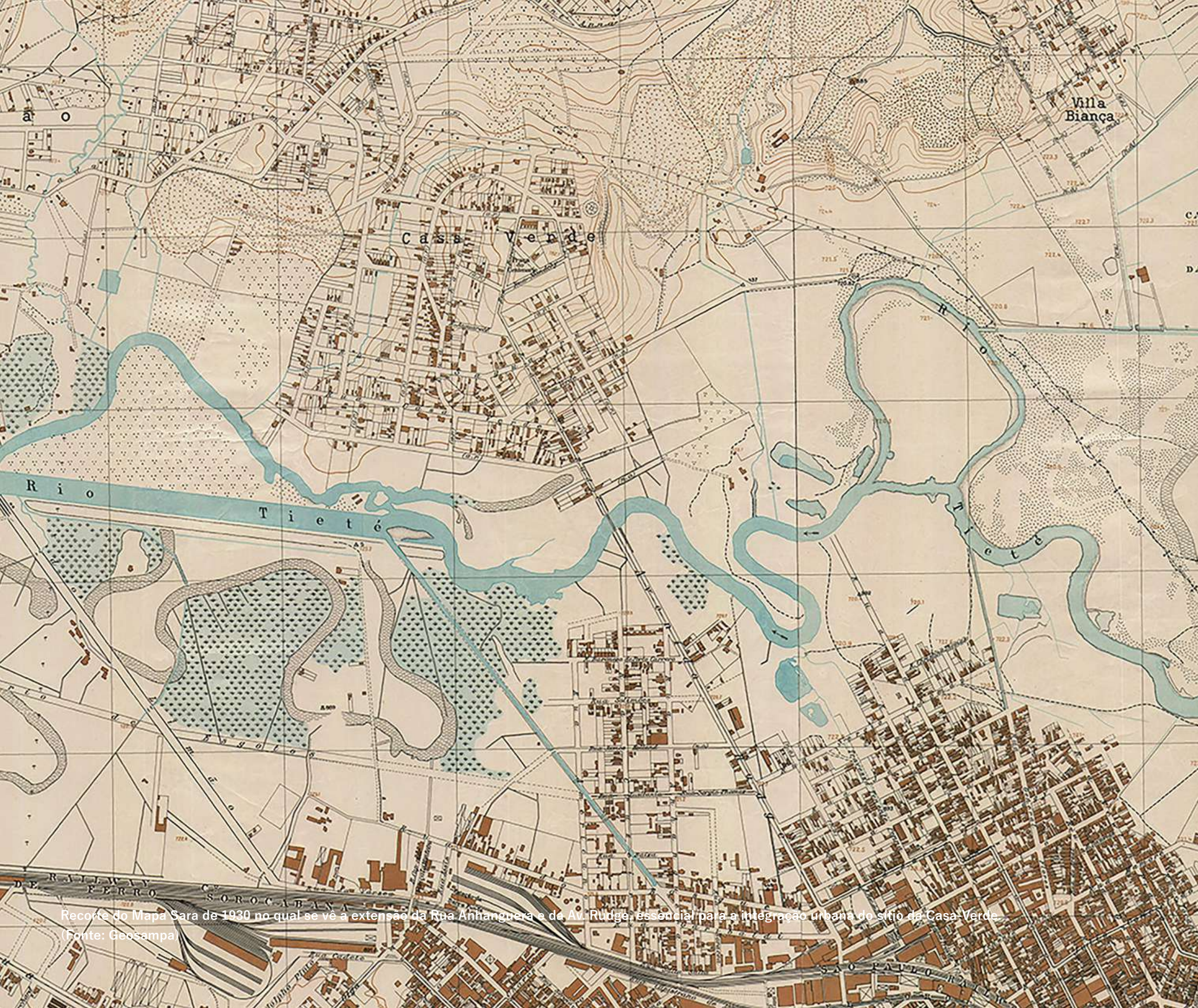
Vários engenheiros incubiram-se de um estudo para um plano: Marcos Airoso, Alcides Barbosa e João Baptista Vasques. No entanto, limitaram-se a traçar sobre o papel as diretrizes que o próprio Horácio Rudge idealizou para o novo bairro, nomeado “Villa Tietê”. Após aprovada a planta na Municipalidade, as primeiras ruas e praças a surgirem possuíam um caráter geométrico: foram elas as ruas João Rudge, Casa-Verde, Inhaúma,

Saguairú, Jaguaretê, Mandehy e as praças Centenário e Bororé.

Aureliano Leite (1939) relata que, no dia 21 de maio de 1913, o primeiro lote resultante da divisão fora vendido ao português J. Marques Caldeira, oficial de justiça. Este localizava-se na rua João Rudge, lado par, esquina com a Rua Saguairu. Caldeira revendeu-o a João Fanganiello, oleiro conhecido da várzea. Este revendeu-o a Paulo Mendes Barreto e outro, que construíram duas pequenas casas. A partir daí, os demais lotes foram sendo adquiridos na parte alta e dianteira do sítio loteado.

Ora auxiliados pelo poder público, ora por iniciativa própria¹³, os Irmãos Vergueiro foram dotando o novo bairro com infraestrutura através de acessos por longos aterros. Enquanto a construção de uma ponte sobre o Rio Tietê conectando as margens não era possível, utilizavam a antiga balsa montada por João Rudge, que cruzava cotidianamente o leito d'água. A despeito da relativa proximidade do centro da capital e da localização privilegiada do bairro sobre a colina¹⁴, a travessia pela várzea, usualmente alagada e malcheirosa pelo depósito de lixo das ruas, afastava uma ocupação mais audaciosa do bairro (LEITE, 1939). Restava, então, a povoação da Villa Tietê por chacareiros de baixa renda, em sua maioria imigrantes portugueses recém-chegados.

Em 1915 os irmãos Rudge, por iniciativa própria, custearam a construção de uma ponte de madeira



Recorte do Mapa Sara de 1930 no qual se vê a extensão da Rua Anhanguera e da Av. Rudge, essencial para a integração urbana do sítio da Casa Verde.
(Fonte: Geosampa)

de lei sobre o Rio Tietê. Apesar de estreita e simples, a ponte impulsionou o novo bairro que passou a ser conhecido popularmente por “Casa-Verde”, relegando a denominação de “Villa Tietê” a documentos oficiais. Sob a gestão de Firminiano Pinto, foi a vez da municipalidade adotar ações que beneficiariam o bairro: a) o lixo da várzea que acumulava na região, em frente a um parque infantil, passou a ser retirado; b) aterraram a Rua Anhanguera e a Avenida Rudge até a cabeceira da ponte (LEITE, 1939). A fim de levar os bondes até o topo do recém-criado núcleo, a Light and Power exigiu uma ajuda de custos para a nova linha e o reforço da ponte de madeira - que foi concedido pelos proprietários dos lotes beneficiados. De acordo com Aureliano Leite, em dezembro de 1922, Oswaldo de Souza Rudge e seu pai, Horácio Rudge, conseguiram que as transvias canadenses subissem a colina da Casa-Verde até a Praça do Centenário. Segundo o autor, a inauguração fora festiva e contou com homenagens aos diretores da empresa elétrica, Sr. Mac Connel e Edgard de Souza. Os *“primitivos estábulos e pocilgas mal cheirantes, as hortas de frescas verduras e os taboleiros de umbrosos arbustos frutíferos”* se transformam, lentamente, em moradas vistosas e modernas de funcionários e pequenos profissionais (LEITE, 1939, p. 111).

De acordo com Leite (1939), a pedra fundamental da Igreja Matriz da Casa Verde, a de São João Baptista, fora lançada em 25 de janeiro de 1925. Um dos pilares centrais de sociabilidade de época, a Igreja teve como paraninfos do templo Ana

Vergueiro Rudge e Alexandre de Albuquerque, diretor da edificação da catedral gótica de São Paulo. A segunda Igreja, a de Nossa Senhora das Dores, teve sua pedra assentada em 1927 e Elza Rudge e Sr. Francisco Nicolau Baruel¹⁵ como paraninfos.

Em 28 de dezembro de 1928, em lei 2.335 assinada pelo presidente Júlio Prestes, é fundado o distrito da Casa Verde, com 8,61 quilômetros quadrados (o dobro da área original do sítio de João Rudge), absorvendo trechos do bairro de Santana. Horácio Vergueiro Rudge faleceu em 1929 e seu filho, Osvaldo Vergueiro Rudge, o sucedeu na “administração” do bairro. Apenas em 1937 a luz elétrica chega à Casa Verde, produto da gestão de Armando Salles.

Nos dias atuais, o Sítio da Casa Verde ainda pode ser revelado à olhares mais demorados. Implantada num dos pontos mais altos do loteamento original, a presença da Igreja Matriz permanece - substituída pela Igreja de São João Evangelista. Ruas de traçado inalterado carregam sobrenomes como Rudge, Fanganiello e Baruel, toponímias simbólicas da relação histórica entre proprietário e loteamento.

Não há dúvidas de que o bairro da Casa Verde é constituinte essencial da cidade de São Paulo. Além-río, não integra os centros histórico, comercial ou financeiro - e, de certo modo, dificilmente o fará. Porém, é relativamente denso (tem cerca de 12.060 habitantes/km²) - assim como o cinturão

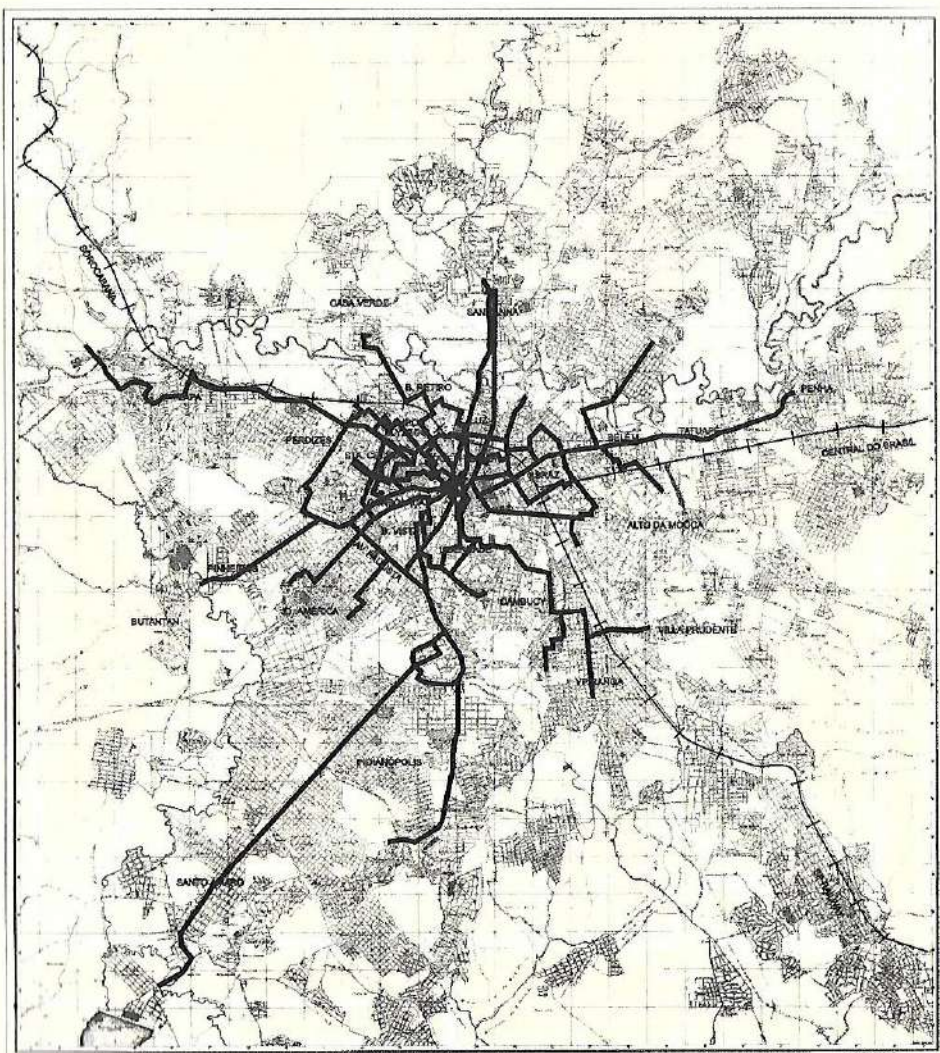
¹⁵ Francisco N. Baruel foi um comerciante nascido na primitiva casa do sítio da Casa Verde (LEITE, 1939).



Ponte da Casa Verde - Obras de Reforma da Ponte sobre o Rio Tietê, 1935. (Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de São Paulo).

de bairros de transição entre o centro e a extrema periferia. Faz parte do cotidiano, do ir e vir diário de mais de oitenta mil pessoas que residem na Distrito de acordo com dados da Prefeitura de São Paulo em 2018.

MAPA 14
CIDADE DE SÃO PAULO - 1929
LINHAS DE BONDE



¹⁶ Dados retirados de
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758>, acesso em 10 de junho de 2019.

2. O BAIRRO

AS CIDADES CONTÍNUAS

(Conto extraído do livro "Cidades Invisíveis, de Ítalo Calvino).

Para falar de Pentesileia, eu deveria começar descrevendo o ingresso na cidade. Você sem dúvida imagina ver elevar-se no planalto poeirento uma cinta de muralhas, aproximar-se passo a passo da sua porta, vigiada por guardas aduaneiros que firam com suspeita os seus pacotes. Até alcançá-la, você permanece do lado de fora; depois de passar sob uma arcada, você se encontra dentro da cidade; você se sente circundado por seu espessor compacto; entalhado na pedra, há um desenho que se revelará se você seguir o seu traçado anguloso. Se você acredita nisso, engana-se: Pentesileia é diferente. Você avança por horas e não sabe com certeza se já está no meio da cidade ou se permanece do lado de fora. Como um lado de margens baixas que se perde em lodaçais, Pentesileia expande-se por diversas milhas ao seu redor numa sopa de cidade diluída no planalto: edifícios pálidos que dão as costas para prados insípidos, entre paliçadas de varas e telhados de

zinco. De vez em quando, às margens da estrada, uma concentração de construções de fachadas áridas, altas altas ou baixas baixas como um pente desdentado, parece indicar que a partir dali as malhas da cidade se restringem. Em vez disso, prosseguindo você encontra outros terrenos baldios, depois um subúrbio com oficinas e depósitos enferrujados, um cemitério, uma feira com parque de diversões, um matadouro; você se afasta por uma rua de lojas macilentas que se perde em manchas de campo pelado.

Às pessoas com que se depara, você pergunta: Para Pentesileia?, elas fazem um gesto circular que não se sabe se quer dizer: “Aqui”, ou então: “Mais adiante”, ou: “Aqui em volta”, ou ainda: “Do outro lado”.

- A cidade? - você insiste em perguntar.

- Voltamos para cá todas as manhãs para trabalhar
- respondem alguns, e os outros: - Voltamos para cá para dormir.

- Mas a cidade onde se vive? - você pergunta.

- Deve ser - dizem - por ali - e alguns levantam o braço obliquamente em direção a uma concentração de poliedros opacos, no horizonte, enquanto outros, às suas costas, indicam o espectro de outras cúspides.

- Então passei por ela sem perceber?

- Não, é melhor ir adiante.

Deste modo, você prossegue, passando de uma periferia para a outra, e chega a hora de partir de Pentesileia. Você pergunta sobre a estrada para sair da cidade; volta a percorrer a fileira de subúrbios espalhados como um pigmento leitoso; vem a noite; iluminam-se as janelas, ora mais ralas, ora mais densas.

Se escondida em algum bolso ou ruga dessa circunscrição transbordante existe uma Pentesileia reconhecível ou recordável por quem ali esteve, ou então se Pentesileia é apenas uma periferia de si mesma e o seu centro está em todos os lugares, você já desistiu de saber. A pergunta que agora começa a corroer a sua cabeça é a mais angustiante: fora de Pentesileia existe um lado de fora? Ou, por mais que você se afaste da cidade, nada faz além de passar de um limbo para o outro sem conseguir sair dali? (CALVINO, 2016, p.142)

Assim como a cidade de Pentesileia que nos é descrita por Ítalo Calvino, anda-se horas a fio em bairros periféricos sem que saibamos, de fato, onde os limites se dão. São lugares de imagem, construção e cotidiano semelhantes. O bairro da Casa-Verde, por sua concepção e desenvolvimento, caracterizou-se como um bairro-moradia periférico. Seja pelas diferenciações criadas através da provisão de infraestrutura, por marcos regulatórios, pela definição de eixos de expansão da cidade ou meros interesses privados - que permeiam as esferas anteriores -, inúmeras regiões foram sendo qualificadas como bairros “dormitórios” em contraposição à outras funções urbanas.

Por sua homogeneidade, essas áreas tornam-se, a grosso modo, paisagens vulgares, negligenciadas pelo olhar arquitetônico. De ocupação popular e desenvolvimento semelhante, não são parte do centro funcional urbano. Todavia, não integram a extrema periferia recente, fragilizada e de ocupação tardia. São bairros banais, habitados em sua maioria por uma classe média ou classe média baixa, com indivíduos que se deslocam aos centros histórico, econômico e financeiro para desempenhar suas funções produtivas e retornam às suas casas no fim do dia. Esses indivíduos estão imersos em uma dualidade: integram a lógica produtiva e cultural globalizada, mas habitam, em seu cotidiano, espaços com potencial de contraposição à essa lógica.

2.1 Rede de relações

De acordo com MAYOL (2009), a organização da vida cotidiana se articula em pelos menos dois sistemas a) *Os comportamentos*, cujo conjunto é visível no espaço social da rua e se traduz pelo vestuário, pela aplicação ou não de “cortesias” (saudações, notícias, etc), pelo ritmo de andar ou ainda o modo como se evita ou se valoriza este ou aquele espaço público; b) *Os benefícios simbólicos que se espera obter de acordo com os comportamentos*, isto é, o reconhecimento pelo “bom comportamento”, relacionado muito mais à interpretação do que ao sistema em si. Tais benefícios “aparecem de maneira parcial, fragmentada, no modo como caminha, ou, de maneira mais geral, através do modo como se *“consome o espaço público”* (MAYOL, 2009, p. 39), podendo entendê-los através do sentido discursivo pelo qual o usuário relata suas ações. O bairro pode ser definido como o lugar onde se manifesta um “engajamento” social, isto é, a habilidade de conviver com indivíduos que estão conectados pelo fato concreto - e essencial - da proximidade e da repetição.

Esses dois sistemas são articulados pela conveniência. De modo genérico, a conveniência é o compromisso pelo qual cada indivíduo, ao renunciar à espontaneidade de suas pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva a fim de obter daí benefícios simbólicos.

Ao comportar-se ou ser conveniente, segundo MAYOL (2009), o usuário se torna parte de um contrato social obrigatório para a existência da vida cotidiana. Assim, ele torna-se conhecido e “considerado” por seus pares, e funda em benefício próprio, relações de força nos percursos que constrói.

O autor ainda expõe o conceito de “*prática cultural*” como a combinação coerente e fluída de elementos concretos ou ideológicos (religiosos, políticos, por exemplo) passados por uma tradição (de uma família ou de um grupo social) e realizados diariamente através de comportamentos que exibem, em sua visibilidade social, fragmentos desse dispositivo cultural. O “prático” seria o que é decisivo para a identidade de um usuário ou grupo; é essa identidade que permite assumir o lugar individual ou coletivo na rede de relações sociais inscritas no ambiente. O bairro seria então um domínio do ambiente social: o indivíduo se reconhece positivamente ou negativamente no espaço urbano familiar. O autor conclui: “*pode-se (...) apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço*” (2009, p. 40).

Para a definição do que é um bairro, há inúmeros pontos a se considerar. Mayol (2009) o define como o domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se por ele a pé saindo de sua casa; é a

fronteira transitória entre o espaço privado e o espaço público. Resulta do caminhar, pouco a pouco significado pelo habitar.

Diante do conjunto da cidade, atravancado por códigos que o usuário não domina mas que deve assimilar para poder viver aí, em face de uma configuração dos lugares impostos pelo urbanismo, diante dos desníveis sociais internos ao espaço urbano, o usuário sempre consegue criar para si algum lugar de aconchego, itinerários para o seu uso ou seu prazer, que são as marcas que ele soube, por si mesmo, impor ao espaço urbano. (MAYOL, 2009, p. 42).

O autor afirma que o bairro é uma noção dinâmica que necessita de aprendizagem contínua e progride a partir da repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público - é assim que se exerce a apropriação. O fato de tal processo ser trivial e cotidiano, partilhado por todos os indivíduos, torna inaparente a complexidade do exercício enquanto prática cultural e a sua urgência para “satisfazer o desejo de urbano” dos usuários da cidade.

Pelo seu uso habitual, MAYOL (2009) considera o bairro como a privatização progressiva do espaço público. Um dispositivo prático que tem por função transitar e dar continuidade àquilo que é mais íntimo (o espaço privado) ao que é mais desconhecido (a cidade, ou o urbano). Existencialmente, o bairro seria o termo médio

entre o dentro e o fora, cuja tensão vai aos poucos prolongando-se um em outro e efetuando a apropriação do espaço.

Um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário ele se resume à soma das trajetórias inauguradas a partir do seu local de habitação. Não é propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou estatisticamente mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias cujo núcleo irredutível continua sendo sempre a esfera do privado. (MAYOL, 2009, p. 42).

Essa apropriação em questão implica ações que caracterizam o ambiente à medida que os sujeitos nele investem, ou seja, as ações dos sujeitos se tornam elementos-chave na prática cultural espontânea. Em primeiro lugar, existe uma analogia formal entre o bairro e a moradia, com os limites que lhes são próprios e a prática de um contrato social aplicado. O ato de controlar o interior de um espaço vazio é semelhante ao de controlar sua trajetória no espaço urbano do bairro. Os dois são atos fundadores, em mesma medida, da vida cotidiana em meio urbano: “tirar um do outro é o mesmo que destruir as condições de possibilidade dessa vida” (MAYOL, 2009). O limite entre o público e o privado, considerada a estrutura fundadora do bairro para a prática de um usuário, é ao mesmo tempo separação e junção. Não são elementos opostos

mas sim interdependentes, na medida em que se significam mutuamente. Segundo o autor, o bairro é o espaço da relação com o outro como ser social. Sair de casa, andar à rua, caminhar são ações que inscrevem o habitante em uma rede de sinais sociais preexistentes: é sempre uma relação entre um indivíduo e o mundo físico e social.

CARERI (2013) aponta os conflitos identitários como legítimos e necessários para a constituição da esfera pública. A permanência dessa tensão de coexistência e usos, que tem no espaço transitório do bairro sua expressão, leva a construção de uma cidade menos espetacular e mais lúdica e experimental.

O bairro ainda é o lugar de uma passagem pelo outro, intocável porque distante porém passível de reconhecimento por sua estabilidade (MAYOL, 2009). Nem íntimo, nem anônimo, mas vizinho. A prática do bairro é, desde as mais novas idades, uma técnica de reconhecimento do espaço como campo social.

(...) o bairro se inscreve na história do sujeito como a marca de uma presença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo o processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública.
(MAYOL, 2009).

Em contrapartida, a relação moradia-trabalho é, na maior parte dos casos, marcada pela extorsão espaço-temporal que determina que se percorra a

maior distância no menor tempo possível. O autor exemplifica essa relação por expressões como “pular da cama”, “engolir o café”, “chegar em cima da hora”, etc. “Ir ao trabalho” corresponde a entrar em um espaço indiferenciado, uma massa de sinais inertes cujo guia é somente a dimensão temporal. SANTOS (2002) prevê na “força do lugar” uma contraposição ao processo de globalização; a dimensão cotidiana, rica de significados, se opõe a homogeneização do espaço.

Sendo assim, a prática do bairro concede uma dimensão de “gratuidade” no lugar da necessidade, que favorece a utilização de um espaço urbano não finalizado em seu uso puramente funcional (MAYOL, 2009). Ao deambular, busca-se o máximo de tempo em um mínimo de espaço. A caminhada pelo bairro é portadora de inúmeros sinais e possibilidades, “segmentos de sentido” que se formam capturados pela atenção despreocupada aos acontecimentos produzidos na rua.

De acordo com Mayol (2009), a ação do sujeito tem a potencialidade de poetizar a cidade quando esta é reproduzida para seu uso próprio. Ele a reconstrói internamente, impondo à ordem externa a sua lei de consumo do espaço. Através da privatização do espaço público, o usuário se apropria do bairro tornando-o um objeto a ser consumido - para favorecer esse processo, tem-se o conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações políticas de vizinhança, relações comerciais, sentimentos difusos acerca de pertencimento ao território (etologia). A acumulação e combinação dessas

condições produzem e organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano é sobretudo um objeto de reconhecimento (MAYOL, 2009). O ganho do usuário que sabe “possuir” direito a seu bairro não é contabilizável ou passível de troca de relação de forças; o adquirido pelo costume é puramente a melhoria da “maneira de fazer”, de passear, de fazer compras, pela qual o usuário verifica constantemente sua inserção no ambiente social.

O tempo dos homens lentos

Como dito, na realidade de um mundo movido por forças “poderosas e cegas”, Milton Santos (2002) encontra na “força do lugar” a capacidade de antepor-se, por sua densidade humana, ao processo de globalização atual. Ainda que a tendência a homogeneizar o espaço seja expressiva, a globalização também permite a redescoberta da corporeidade. O mundo contemporâneo da fluidez e a vertigem da velocidade, dos constantes deslocamentos e referências a lugares e coisas distantes, revelam o corpo como uma *“uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender”* (SANTOS, 2002, p. 314).

Os lugares podem ser vistos como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo (MLINAR, 1990, p. 57 apud SANTOS, 2002, p.314). A lógica do desenvolvimento dos sistemas sociais se manifesta pela unidade das tendências opostas à individualidade e à globalidade. A relação é permanentemente instável, e os termos

globalização e fragmentação/localização fazem parte dessa dialética que se refaz a todo momento. Assim:

As próprias necessidades do novo regime de acumulação levam a uma maior dissociação dos respectivos processos e subprocessos, essa multiplicidade de ações fazendo do espaço um campo e forças multicomplexo, graças à individualização e a especialização minuciosa dos elementos do espaço: homens, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que se aprofunda a relação de cada qual com o sistema do mundo. (SANTOS, 2002, p.314)

Os lugares, portanto, são produtos dessa relação em constante atualização. Materializam o jogo de forças. G. Benko (1990, p.65) denomina “glocalidade” a capacidade de um lugar ser inevitavelmente imerso em uma união com o mundo e tornar-se exponencialmente diferente dos demais, isto é, a uma maior globalidade corresponderia uma maior individualidade. Para tanto, deve-se evitar a adoção de um tratamento localista, uma vez que desconsidera a onipresença do Mundo, bem como perder-se em uma simplificação na qual a noção de particularidade leve apenas em conta *“os fenômenos gerais dominados pelas forças sociais globais”*.

A consideração do cotidiano seria uma possibilidade de encontro de novos significados na análise do lugar. A existência dessa dimensão

local torna-se útil a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis tratadas no livro de Milton Santos, “A Natureza do Espaço”: os objetos, as ações, a técnica e o tempo.

A objetividade de um contexto deve levar em conta considerações de relações intersubjetivas, do contrário não se alcança sua total apreensão. E. Bakhtin (1986, 1993, p. 54 apud SANTOS, 2002, p.315) afirma que a arquitetura “concreta” do mundo das ações possui três momentos básicos: o “eu-para-mim-mesmo”, o “outro-para-mim” e o “eu-para-o-outro”, e desse modo se constroem e se refazem os valores em um processo incessante de interação. Comunicar, isto é, “pôr em comum”, revela-se um processo no qual são consideradas diversas interpretações do existente, e só é possível graças a uma “negociação social, de que participam preocupações pragmáticas e valores simbólicos (...). Nessas construções, *“além do próprio sujeito, entram as coisas e os outros homens”* (SANTOS, 2002, p. 316), ou seja, a ideia dos outros implica a ideia de um mundo. E esse mundo, ainda segundo Milton Santos, ganha sentido por ser um objeto comum através das relações de reciprocidade que, concomitantemente, permitem a alteridade e a comunicação. Retomamos, então, Mayol e duas noções já expostas anteriormente: a do contrato social por conveniência, isto é, a supressão da espontaneidade em função da alteridade das práticas cotidianas; e a “prática cultural”, uma vez somos reconhecidos em uma rede de relações sociais e nos identificamos, positiva ou negativamente, com o ambiente inserido.

Sartre (1960, p. 207) define como prático-inerte o processo de cristalização de experiências passadas, do indivíduo e da sociedade, concretizadas por formas sociais e em configurações espaciais e paisagens. Logo, a relação do indivíduo com o prático-inerte inclui sua relação com o espaço, com os outros e sua consequente expressão. Em termos de sociabilidade, esta será tanto mais intensa quanto maior a proximidade entre as pessoas envolvidas. Em uma análise de situação de vizinhança, as relações econômicas bem como a totalidade de outras relações deve ser apreendida, já que a proximidade “pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade” (GUIGOU, 1995, p. 56 apud SANTOS, 2002, p. 318). Identidade que, juntamente com o espaço, torna-se lugar.

Ainda que, como dito, a sociabilidade seja favorecida numa situação de vizinhança, a cidade como palco permite mais encontros, maior diversidade. Nos deslocamentos cotidianos, permite a geração mais intensa de relações interpessoais. De acordo com Milton Santos (2002, p. 319), essa dinamicidade é ainda maior nos países subdesenvolvidos, “graças à enorme gama de situações pessoais de renda, ao tamanho desmesurado das metrópoles e ao menor coeficiente de ‘racionalidade’ na operação da máquina urbana”. Na chamada máquina urbana, a co-presença e o intercâmbio são condicionados pelas infraestruturas presentes e suas normas de utilização, pelo mercado territorialmente delimitado e pelas possibilidades de vida cultural

localmente oferecidas pelos equipamentos existentes. A divisão do trabalho dentro dessas cidades é o resultado da conjugação de todos esses fatores, não apenas do fator econômico (SANTOS, 2002). A noção de co-presença - ou seja, a presença constante do outro - ganha outra dimensão quando associada à “condição de vizinhança”. Na cidade, pessoas desconhecidas trabalham entre si para alcançar resultados coletivos. O território delimitado e compartilhado pelo cotidiano, a “vizinhança”, impõe a interdependência de papéis como práxis [base prática, ação concreta].

A forma atual do espaço “supõe informação para o seu uso e ela própria constitui informação, graças à intencionalidade de sua produção” (SANTOS, 2002, p. 321). Tudo o que fazemos produz informação. Em análise da dimensão espacial do cotidiano, Milton Santos afirma que a localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O Mundo esconde-se em essência, mas não pode fazê-lo em existência uma vez que habitamos lugares: “No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo” (SANTOS, 2002, p. 322). Em outras palavras, o lugar é um cotidiano compartilhado entre pessoas, coletivos e instituições no qual conflito e cooperação são as bases da vida comum. Cada sujeito exerce uma ação própria, individualizando a vida social. No entanto, a contiguidade [física] é criadora de comunhão, “a política se territorializa, com o

confronto entre organização e espontaneidade”.

Desse modo:

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e da criatividade. (MILTON SANTOS, 2002, p.322).

A cidade grande é um enorme espaço banal, no qual todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização se instalam, convivem e prosperam. Milton Santos (2002) afirma que a Cidade tem a potencialidade de acolher multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias pela modernização da agricultura e de serviços, tornando-se um palco de atividades para diversos capitais. Essa diversidade socioespacial, enriquecida, se manifesta pela “produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes” como pelas formas de trabalho e de vida. Se ampliam as necessidades e formas da divisão do trabalho, como “as possibilidades e as vias de intersubjetividade e da interação”. Milton Santos expõe a chamada “flexibilidade tropical”, ou a grande adaptabilidade do trabalho dos pobres nas grandes cidades. Sobre tudo em países subdesenvolvidos, a produção de necessidades – referenciada no consumo das

classes mais abastadas – permanece independente da precariedade da existência de grande parcela da população. A divisão do trabalho, “caricatural e imitativa”, flexibiliza o quadro ocupacional. Cada sujeito exerce atividades diversas de acordo com a conjuntura. Há uma infinidade de ofícios e multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande adaptabilidade. O próprio meio geográfico sustenta essa existência, tomado como uma “forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais (SANTOS, 2002, p. 324). A solidariedade se cria e recria localmente, enquanto a solidariedade imposta pela cooperação do tipo hegemônico é comandada de fora do meio geográfico e social em que incide. As relações de proximidade garantem, assim, a comunicação entre os indivíduos. Nesse sentido, Milton Santos (2002) diz que os guetos urbanos, comparados a outras áreas da cidade, tenderiam a dar às relações de proximidade um conteúdo comunicacional ainda maior, dada a percepção mais clara de situações pessoais ou de afinidade de destino, afinidade econômica ou cultural.

Quem, na cidade, tem mobilidade, acaba por ver pouco da cidade e do mundo. O conforto, que não se quer perder, é pautado no convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, para os quais a cidade não pode ser facilmente esquadrihada e percorrida, tem imagens como miragens e não podem estar em fase com esse imaginário perverso – escapam ao “totalitarismo da racionalidade” (SANTOS, 2002, p. 325). Ainda segundo Santos, diante das redes técnicas e informacionais,

“pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas”. Diferentemente das classes ditas superiores, é na esfera comunicacional que são fortemente ativos. Tomando cultura como uma força de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo – ou um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio:

De que cultura estamos falando? Da cultura de massas, que se alimenta das coisas, ou da cultura profunda, cultura popular, que se nutre dos homens? A cultura de massa, denominada cultura por ser hegemônica, é, frequentemente, uma trégua à consciência. O momento da consciência aparece quando os indivíduos e os grupos se desfazem de um sistema de costumes, reconhecendo-os como um jogo ou uma limitação. (SANTOS, 1987,1992 apud SANTOS 2003, p. 327).

As classes médias deixam-se absorver pela cultura de massas e dela retiram “argumento para racionalizar sua existência empobrecida”. Entretanto, SANTOS (2002) defende que os carentes estão isentos dessa absorção por não dispor de recursos para adquirir os objetos que transmitem e asseguram a cultura de massas. **As cidades, crescentemente igualitárias, tendem, portanto, a abrigar ao mesmo tempo uma cultura de massas e uma cultura popular, que colaboram e atrimam entre si. Interferem e se excluem.**

A velocidade dos acontecimentos e a vertigem afetam não somente o imaginário e a percepção,

mas também a própria vivência cotidiana. O sujeito antes submetia-se a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens de cuja construção participava. A familiaridade era fruto de uma história própria, da sociedade local e do lugar, onde cada indivíduo era ativo. Hoje, a mobilidade é a regra. A circulação cria mais do que a produção, e não somente os homens se deslocam como também os produtos, mercadorias, imagens, idéias – em desterritorialização, frequentemente associada a um estranhamento e/ou desculturalização. (SANTOS, 2003). Retomando Heidegger, Milton Santos (2003) afirma que em um mundo em movimento, a noção de residência – ou habitar – do homem imigrante não se esvai. Ainda que a alienação surja defronte um espaço desconhecido na memória e na história do sujeito, o “morar” (habitar uma residência, um local de trabalho ou um espaço de lazer) são quadros de vida que pesam na produção humana.

2.2. O espaço construído

Em “Aprendendo com Las Vegas” (2003), Robert Venturi, Denise Scott-Brown e Steven Izenour utilizam a Rota 91 de Las Vegas como objeto de análise arquitetônica acerca da generalização do simbolismo na arquitetura e da iconografia da expansão urbana, ou *urban sprawl*¹⁷. A Rota 91 é adotada como o arquétipo do corredor comercial estadunidense em expressão e espacialidade. Os autores reivindicam ao local a mesma relevância na documentação e na análise

formal que as piazzas italianas ou a arquitetura clássica obtiveram, uma vez que sua emergência define uma configuração urbana característica, frequentemente negligenciada pelos arquitetos; porém, de extrema pertinência como fenômeno espacial nos Estados Unidos a partir da década de 1960.

A região de Las Vegas em estudo é definida como um sistema de comunicação no qual o símbolo no espaço é compreendido antes da forma no espaço. É antiespacial: “a comunicação domina o espaço como um elemento na arquitetura e na paisagem” (VENTURI; SCOTT-BROWN, IZENOUR, 2003), dada a nova escala composta por grandes áreas, altas velocidades e programas complexos. Os estilos e signos fazem conexões entre inúmeros elementos, distantes e vistos em alta velocidade. O domínio dos sinais sobre o espaço numa escala de pedestre ocorre, também, em grandes aeroportos e estações ferroviárias já que, segundo os autores (2003, p. 35), “programas e montagens complexos exigem combinações complexas de meios de comunicação que vão além da pura tríade arquitetônica de estrutura, forma e luz a serviço do espaço”. A rodovia e o trem comunicam-se com multidões em movimento, em carros ou a pé.

As palavras e símbolos, por sua vez, também podem ser utilizados no espaço como estratégia de persuasão comercial [visual], outrora oral ou tátil. Assim como as vitrines exercem uma atração de consumo nos pedestres, os letreiros externos, perpendiculares à rua, dominam a paisagem para

¹⁷ Em nota, os autores definem *urban sprawl* como “o crescimento urbano horizontal, irregular, não planejado, desordenado, oposto ao que chamam de *megaestruturas*”, planejadas e maior densidade.” (VENTURI, SCOTT-BROWN, IZENOUR, 2003, p.12).



Senhora expõe itens de vestuário na mureta do Banco Santander, enquanto conversa com um pedestre. Casa Verde, 2018. (Fonte: Arquivo pessoal)



Três homens conversam em frente a uma assistência técnica para celular. Casa Verde, 2018. (Fonte: Arquivo pessoal)



Homem utilizando a calçada como extensão da oficina. Casa Verde, 2018. (Fonte: Arquivo pessoal)



Pedestre andando na calçada em frente à um estacionamento [elefante-branco]. Casa Verde, 2018. (Fonte: Arquivo Pessoal)

os motoristas.

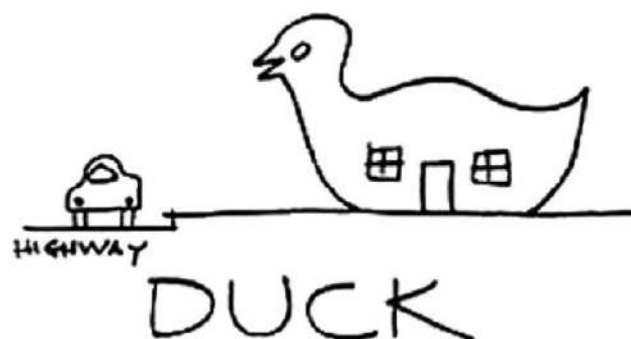
Com o intuito de analisar a relação entre a os elementos simbólicos e representacionais da arquitetura em contradição à forma, estrutura e ao programa associados aos mesmo edifício, Venturi, Scott-Brown e Izenour (2003) propõem duas manifestações principais:

¹⁸ Venturi, Scott-Brown e Izenour defendem que ambos os tipos de arquitetura são válidos, mas pontuam o “pato”, à época de escrita da obra (1969), como raramente relevante, embora permeia a arquitetura moderna. De acordo com os autores, “Ironicamente, a arquitetura moderna de hoje, ao mesmo tempo em que rejeita o simbolismo explícito e o ornamento aplicado frívolo, faz com que todo o edifício degenera em um grande ornamento. Ao substituir a decoração pela ‘articulação’, converteu-se em um pato” (VENTURI; SCOTT-BROWN, IZENOUR, 2003, p. 118)

Quando os sistemas arquitetônicos de espaço, estrutura e programa são submersos e distorcidos por uma forma simbólica global, chamamos esse tipo de edifício, que se converte em escultura, de ‘pato’ (...). E damos o nome de ‘galpão

decorado’ ao tipo de edifício cujos sistemas de espaço e estrutura estão diretamente a serviço do programa, e o ornamento se aplica sobre estes com independência. (VENTURI; SCOTT-BROWN, IZENOUR, 2003, p. 118).

O “pato” seria a edificação especial que é um símbolo, enquanto o galpão decorado é o abrigo convencional a que se aplicam símbolos¹⁸. O galpão decorado mais puro seria um tipo de abrigo feito com sistema convencional de construção correspondente às necessidades do espaço, estrutura e programa da arquitetura, sobre o qual é posta uma decoração contrastante



Diagramas para as manifestações identificadas como duck [pato] e o decorated shed [galpão decorado] e suas respectivas correspondências (Fonte: VENTURI, SCOTT-BROWN E IZENOUR, 2003, p.118. Imagem da esquerda: arquivo pessoal).

- e, dependendo das circunstâncias, contraditória (VENTURI; SCOTT-BROWN, IZENOUR, 2003). A arquitetura da beira de estrada - “o estande de dez mil dólares com o letreiro de cem mil” -, seria a correspondência imediata do galpão decorado.

Na visão dos autores, a arquitetura comercial e orientada para o carro, característica do espalhamento urbano estadunidense, é encarada como a fonte de uma arquitetura cívica e residencial com significado - assim como o vocabulário industrial do começo do século XX foi viável para a arquitetura moderna do espaço e da tecnologia industrial. Ainda, a iconografia seria o marco adequado para o estudo da associação de simbolismo na arte comercial e na arquitetura do corredor comercial. Com o intuito de compreender o espaço ordinário tomaremos como exemplo a metodologia utilizada por Venturi, Scott-Brown e Izenour (2003) na análise da Strip Comercial em “Aprendendo com Las Vegas”. Por mais que, particularmente, eu discorde de algumas afirmações presentes na obra, a visão e a metodologia da análise exposta no livro são pertinentes para a compreensão do simbolismo do “feito e banal” na arquitetura, como os próprios autores a classificam, e na significação do “galpão decorado” - uma arquitetura-abrigo com símbolos sobrepostos (ou seja, frente retórica e fundos convencionais).

A evolução urbana do espaço metropolitano de São Paulo tem suas especificidades. São Paulo é uma das cidades que mais bem

ilustraram, em seu desenvolvimento urbano, um crescimento centrípeto, incorporando territórios e concentrando funções (MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2003). Sabe-se que, desde as primeiras décadas de urbanização, as características econômicas regem o processo de expansão da cidade. De acordo com Meyer, Grostein e Biderman (2003), esse processo de expansão materializa o “padrão periférico”: desde a formação e sobretudo a expansão de São Paulo na década de 1950, constituiu-se um território periférico cuja segregação residencial teve um papel decisivo. O chamado “padrão periférico” não se destinou a abrigar a massa de trabalhadores modernos ligados à indústria nascente mas sim à atender a onda migratória de trabalhadores não envolvida diretamente e num primeiro momento com a produção industrial (MEYER, 1991 apud MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2003).

O processo histórico de estruturação da metrópole organiza-se na compreensão de três elementos articulados entre si: a dispersão do padrão periférico; o deslocamento da fundação residencial para áreas desprovidas de atributos urbanos básicos; e a acentuada desarticulação dos sistema de transporte público e dos fluxos responsáveis pela mobilidade intra-metropolitana (MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2003):

O primeiro, com características socioespaciais, aponta para uma dispersão da precariedade na malha urbana, sobretudo nas áreas centrais. Apresenta-se sob diversas formas, assumindo muitas

vezes a configuração de um enclave urbano. O segundo, de caráter funcional, indica o deslocamento da função residencial para áreas de urbanização recente, contribuindo para um uso inadequado da infra-estrutura de transporte de massa, sobretudo do metrô. Mais tarde esse modelo de crescimento, bastante desagregador, atingiu outras funções ditas centrais. Em muitos casos é responsável pela criação das denominadas novas centralidades e está intimamente subordinado ao mercado imobiliário, sobretudo ao capital imobiliário, voltado para a produção de edifícios comerciais, sendo que nesse caso perde as demais características do denominado padrão periférico. (MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2003, p.37)

O bairro da Casa Verde, como visto na primeira parte do trabalho, teve origem a partir do loteamento do sítio da Casa-Verde, em 1912. Se em um primeiro momento surgiu suburbano à área central de São Paulo e apresentou similaridade com o chamado padrão periférico, atualmente tal classificação pode ser revista frente à formação das denominadas centralidades - na caso, regional do bairro. A questão que se pretende colocar é que, similar ao processo do urban sprawl evocado por Venturi, Scott-Brown e Izenour (2003), São Paulo teve um crescimento horizontal irregular e desordenado nas escalas ora urbana, ora metropolitana. Entretanto, são crescimentos urbanos estruturalmente diferentes e com variáveis únicas. O que se propõe é a pertinência da metodologia de análise para a definição do

espaço edificado ordinário.

Em deriva pelo bairro da Casa Verde, observa-se um padrão semelhante ao apresentado por Venturi, Scott-Brown e Izenour (2003) para o galpão decorado. As edificações comerciais são, em sua maioria, “abrigos feitos em um sistema convencional de construção, correspondente [minimamente] às exigências de espaço, estrutura e programa da arquitetura, sobre o qual é aplicada uma decoração “contrastante e contraditória”. No entanto, a exigência de espaço, estrutura e programa é visivelmente adaptada. De modo perceptível, a tipologia reconhecida na maior parte das edificações comerciais pelo bairro corresponde à um uso residencial, provavelmente tratando-se de uma edificação concluída antes do lugar se tornar uma “centralidade”. No andar térreo, há um contato maior com o público. Quando não há recuo, a grande abertura que provavelmente fora a entrada da garagem é aberta à rua; se há recuo frontal, esse é utilizado como estacionamento.

Há casos em que a edificação não se enquadra na adaptação do programa residencial-comercial. São puramente galpões, subdivididos de acordo com a necessidade de luz e programa (e acessos). O sistema convencional de construção se mantém.

Em ambos os casos, há a aplicação da decoração contrastante sobre a estrutura convencional. Utiliza-se materiais e revestimentos muito mais próximos de uma estética comercial

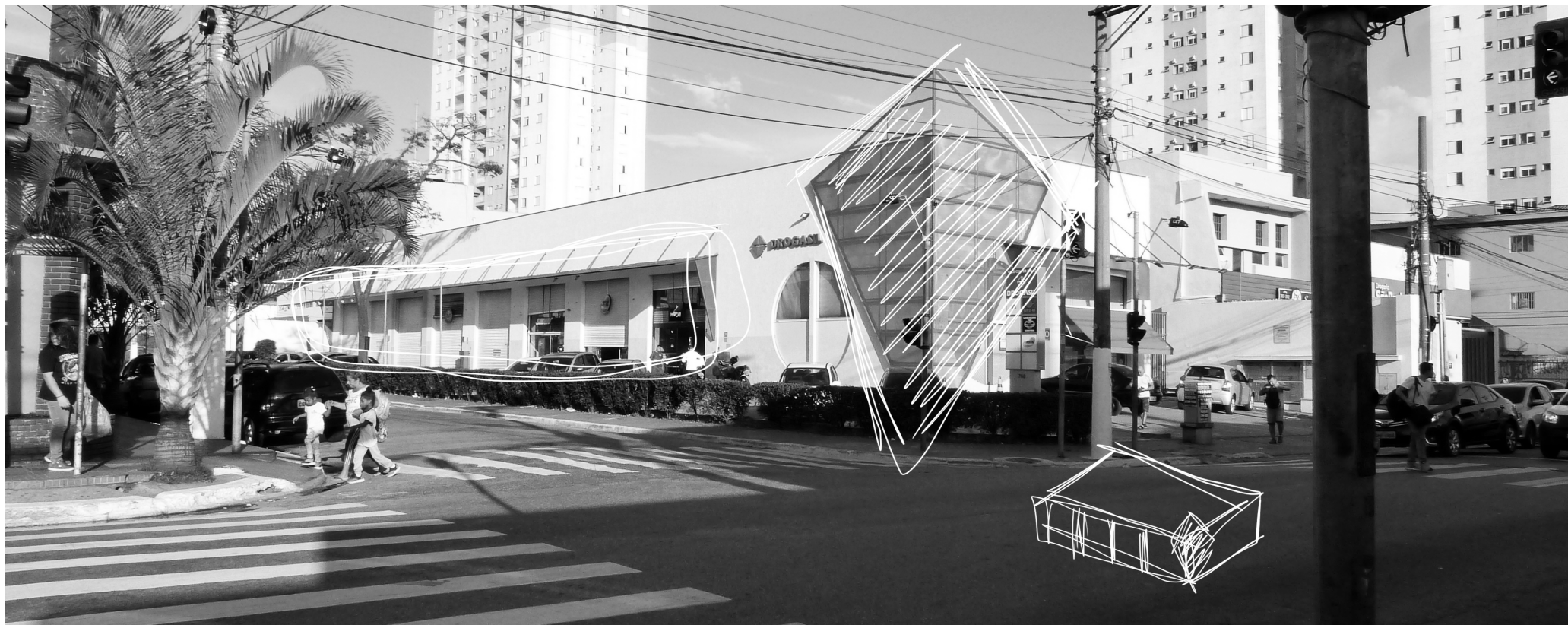
do que a residencial propriamente dita. Um exemplo disso é o uso de placas de alumínio pintadas ou anodizadas, conhecidas como ACM, largamente utilizadas em projetos comerciais. A maleabilidade do material permite que a forma da placa constitua uma comunicação independente do substrato arquitetônico, no caso a edificação. Ainda, a grande variedade de cores disponíveis e a aplicação de elementos adesivados permite a criação de uma simbologia própria, veicula uma mensagem denotativa explícita. Como o galpão decorado, a intenção é comunicar, através do símbolo sobre a arquitetura, o uso do espaço.

A Igreja é um exemplo de comunicação formal, traduz na forma e estrutura o programa. O estacionamento, cuja construção convencional em galpão necessita de um marco simbólico como a faixa para comunicar seu sentido, se aproveita de uma comunicação simbólica. (Fonte: Arquivo Pessoal)





CAMINHOS COTIDIANOS: UMA ARQUITETURA DE PASSAGENS NO BAIRRO DA CASA VERDE



Acima: O mesmo material - chapa metálica, ou ACM -, aplicado em um programa comercial. A estrutura continua a ser definida como um galpão decorado; porém, sua comunicação formal é mais clara uma vez que seu uso não adaptado. As aberturas, regulares, também auxiliam na caracterização formal. O recuo é utilizado como estacionamento. (Fonte: Arquivo Pessoal)

À direita e à esquerda: Uso comercial em tipologia residencial, normalmente utilizando o espaço adaptado da garagem como espaço de vendas. A fim de simbolizar o uso comercial, são utilizados materiais que contrastam com o uso arquitetônico original: chapas metálicas em cores sobressalentes ao entorno, na fachada, na qual é impressa a marca ou especificado o tipo de serviço realizado. Ainda, o toldo e a grande abertura frontal comunicam o uso. Sem esses elementos, a identificação é confusa. (Fonte: Arquivo Pessoal).



3. ARQUITETURA DE PASSAGENS

De acordo com CARERI em seu livro “Walkscapes”, o caminhar é não somente uma forma de ver paisagens, mas sobretudo criá-las; *“essa prática, quase inteiramente esquecida pelos próprios arquitetos, tem sido reabilitada pelos poetas, pelos filósofos e pelos artistas capazes de precisamente de ver aquilo que não há, para fazer brotar daí algo”* (CARERI, 2018, p. 18).

O ato de atravessar o espaço nasce da necessidade primitiva por alimento e segurança; ao satisfazer tais necessidades primárias, o caminhar transformou-se numa fórmula simbólica que tem permitido que o homem habite o mundo. É a partir dessa ação que o homem trava relações com o território, ao construir significados e gerar ordem. (CARERI, 2018). Ainda, o caminhar é um instrumento estético capaz de descrever e modificar os espaços metropolitanos que, muitas vezes, apresentam uma natureza que necessita ser compreendida e preenchida de significados - antes de ser projetada e preenchida de coisas.

Assim:

“o caminhar revela-se um instrumento que, precisamente pela sua intrínseca característica de simultânea leitura e escrita do espaço, se presta a escutar e interagir na variabilidade desses espaços, a intervir no seu contínuo devir com uma ação sobre o campo, no aqui e agora das transformações” (CARERI, 2018, p. 33)

Um dos principais grupos que adotaram o caminhar como prática estética e com caráter intervencionista no meio urbano foram os Situacionistas. À grosso modo, na base das teorias situacionistas havia a aversão ao trabalho e a suposição de uma iminente transformação do uso do tempo na sociedade:

(...) com a automação, ter-se-ia reduzido o tempo do trabalho a favor do tempo livre. Por isso, era preciso resguardar do poder a utilização desse tempo não produtivo, que, em caso contrário, teria sido conduzido ao sistema de consumo capitalista por meio

da criação de necessidades induzidas.
(CARERI, 2018, p. 98)

Tal passagem é a descrição do processo de *espetacularização do espaço*, no qual se impõe aos trabalhadores que também produzam durante o tempo livre no consumo dos seus próprios produtos dentro do sistema. Se o tempo do “espairecimento” se transformava cada vez mais no tempo do consumo passivo, o tempo livre deveria ser um tempo não utilitarista - mas sim lúdico. De acordo com Careri (2019, p.98), “(...) a cidade é um jogo a ser utilizado para o próprio aprazimento, um espaço para ser vivido coletivamente e onde experimentar comportamentos alternativos, onde perder o tempo útil para transformá-lo em tempo lúdico-construtivo”. A circulação como suplemento do trabalho e como distribuição nas diversas zonas funcionais da cidade deveria ser superada em prol da circulação como prazer e aventura, sendo preciso experimentar a cidade como um território lúdico a ser utilizado para a circulação dos homens através de uma vida autêntica (CARERI, 2018).

O desejo de intervir no Bairro da Casa Verde se pauta, portanto, nas camadas levantadas até aqui. Em primeiro lugar, a dimensão identitária do Bairro. Com uma estética e organização urbana que perpassa inúmeros outros bairros, como reconhecer uma dimensão própria do lugar? Seria pelo resgate da memória? Ou ainda, por construções

afetivas e valorização do cotidiano (que, segundo Milton Santos, é uma contraposição ao processo de globalização e consequente homogeneização)? Em segundo, se a apreensão do espaço do bairro se faz mais presente à medida que situamos nosso corpo no espaço, em um aprendizado contínuo, como dar bases para que esse caminhar fuja da esfera produtiva e corresponda à um tempo apropriado de forma consciente?

3.1 Estratégias de Intervenção

A definição da área de intervenção foi, sobretudo, resultante de dois processos principais: a) em primeiro lugar, as “derivas urbanas” realizadas pelo bairro em diferentes momentos de concepção do trabalho; e b) o mapeamento de potencialidades, conflitos e conexões percebidos e evidenciados no desenho urbano.

As derivas - ou visitas ao local - foram realizadas em diferentes ocasiões, antes e depois da definição de uma área de intervenção. O processo consistia no vaguear sem objetivo e no registro de cenas cotidianas que, de algum modo, despertavam um olhar mais atento e curioso. Ora despertavam a intenção por sua particularidade; ora por sua banalidade. Inicialmente a proposta era a observação de bairros esteticamente semelhantes à Casa Verde: registros de padrões comuns à bairros “semi-periféricos”, cuja identidade não

fosse imediatamente compreendida; limites urbanos não-identificáveis, assim como a cidade de Pentesileia descrita por Ítalo Calvino em “Cidades Invisíveis”. Esses registros ocorreram no meio da semana, em dia útil.

Em um segundo momento, os registros ocorreram no próprio bairro da Casa Verde em diferentes dias e horários. Novamente, a intenção era o despertar de uma sensibilidade às cenas cotidianas e aos espaços vazios, bem como os espaços portadores de significado; ambos ocultos pela familiaridade com o espaço, ou ainda pela falta da mesma.

Com base no conhecimento dos lugares de memória histórica da Casa Verde e no mapeamento afetivo resultante das derivas, foram estabelecidos pontos de interesse para uma narrativa projetual. Foram considerados também os estacionamentos, vazios físicos e simbólicos da vida cotidiana. Num primeiro momento:

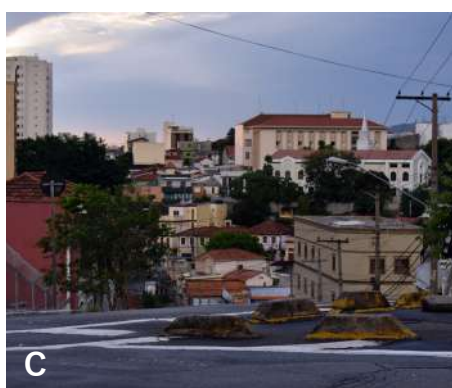
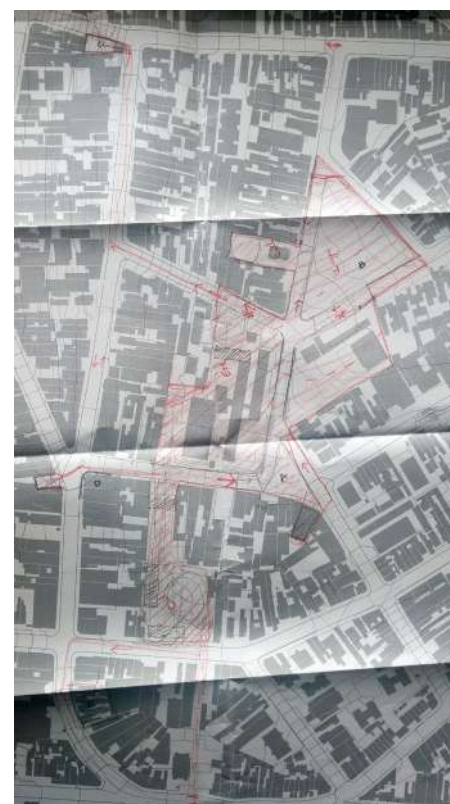
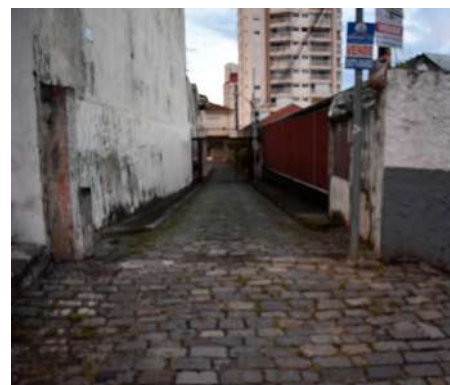
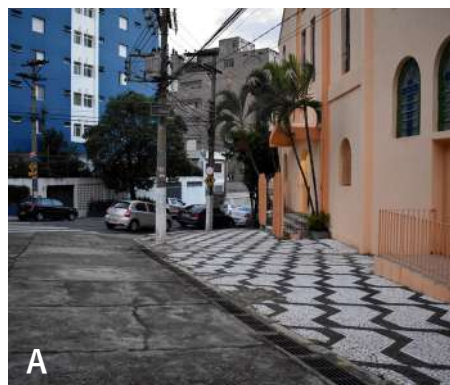
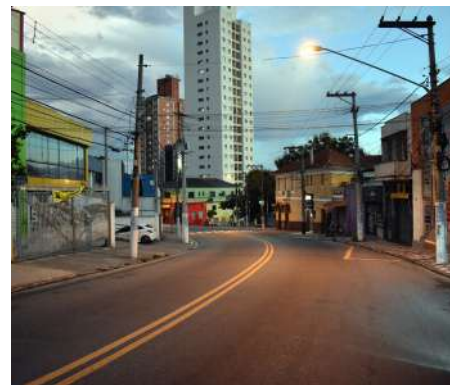
A Praça da Igreja São João Evangelista (A), ou antiga Igreja Matriz, pertencente ao núcleo original de ocupação da Casa Verde. Nesse local, a intervenção seria no espaço público e não em edificações pré-existentes. Junto com a Praça do Centenário (B), são as áreas livres mais próximas de equipamentos educacionais e mais expressivas do Bairro. É interessante

fortalecer a conexão entre os dois pontos, uma vez que a rua de ligação entre os dois espaços margeiam os equipamentos educacionais; A estrutura existente do Lions Club (C), dada a implantação topográfica interessante; e a edificação pré-existente na esquina das ruas Jaguaretê e Dr. César Castiglioni Jr (D), ponto de vitalidade pelo entroncamento de vias e pelo comércio; O estacionamento (E) que atravessa a quadra já é apropriado como um espaço de passagem pelos pedestres.

Nas orientações, em análise do conjunto resultante da conexão entre esses pontos pré-definidos e com o auxílio de uma maquete de estudo, percebeu-se um forte eixo transversal em uma outra direção, ainda dentro da área de intervenção.

Ao apropriar-se de outros vazios e com uma clareza maior, o novo percurso estabelecido se apresenta como narrativa urbana mais forte e conexa, enriquecida pela comunicação intra-quadra.

À direita, imagens registradas nas diferentes derivas realizadas pelo bairro. Os pontos de interesse descritos coincidem com a identificação da imagem com uma letra, quando aplicável. Finalizando, foto da maquete de estudo e croqui que possibilitou a revisão das áreas de interesse.



O programa, por sua vez, surgiu a partir do mapeamento dos equipamentos existentes no bairro da Casa Verde. Foi identificado um forte caráter educacional na região, com a predominância de estabelecimentos privados de educação sobre os públicos. A região, no entanto, apresentava necessidades nos eixos de cultura (com exceção das Escolas de Samba e Casas de show privadas), conectividade digital, esporte, segurança e direitos humanos (em específico, Casas de Mediação e Apoio à Mulher). Usualmente, a carência de tais equipamentos é suprida pelos bairros vizinhos, entre eles Limão e Santana. Visto que o plano diretor prevê zonas de centralidade para as quadras inseridas na área de intervenção, a decisão por equipamentos dentro desses eixos, numa escala regional do bairro, mostrou-se pertinente.

Ainda mais pertinente que os equipamentos públicos, para o presente trabalho, foi o fortalecimento dos eixos cotidianos de deslocamento. Estes foram entendidos como estruturadores da intervenção. Com o objetivo de explorar o caráter lúdico do caminhar cotidiano, o desejo primário foi o de que os deslocamentos estivessem associados aos usos dos equipamentos dentro do programa proposto. Assim, todo caminhar estaria ancorado em espaços de permanência em contraposição à sua função produtiva. Ora pertencente à paisagem, ora integrando a circulação dentro do equipamento,

os eixos cotidianos de percurso teriam a oportunidade de, pela integração urbana, resgatar a gratuidade esquecida.

Em diálogo claro com o projeto da Praça das Artes, do Escritório Brasil Arquitetura e Marcos Cartum, a intervenção se acomoda em espaços pré-configurados por construções existentes; cada lote com sua dimensão e topografia particular. A condução do projeto, de modo natural, seguiu a relação já estabelecida com os prédios circundantes; sem tentar se sobrepor ou competir, os blocos de cada conjunto respeitam o gabarito e, quando possível, se alinham à rua. O espaço resultante se propõe a dialogar com a pré-existência na medida em que, abrindo espaços públicos intra-quadra, cria novas possibilidades de ocupação sem interferir nas antigas. Por ser um ensaio, todas as possibilidades de ocupação do espaço público foram consideradas, independente do seu grau de privacidade. Os lotes da EE Benedito Tolosa e da EMEI Abelardo Galdino Pinto, portanto, foram abertos ao entorno. Do mesmo modo, a circulação dentro de certos equipamentos foi adotada como solução pertinente de integração, quando possível. Encontros cotidianos definidos pela aleatoriedade, em espaços que permitam sua ocorrência e o reconhecimento da alteridade

DIAGRAMA CHEIO E VAZIO



- ÁREA CONSTRUÍDA
- ÁREA VERDE
- AGUA

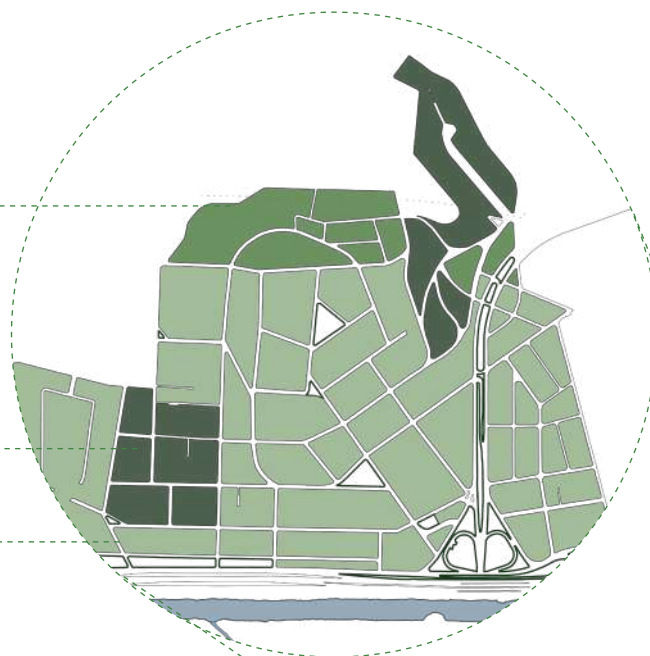


ZONEAMENTO

ZONA EIXO DE
ESTRUTURAÇÃO DE
TRANSFORMAÇÃO
METROPOLITANA

ZONA MISTA

ZONA DE CENTRALIDADE

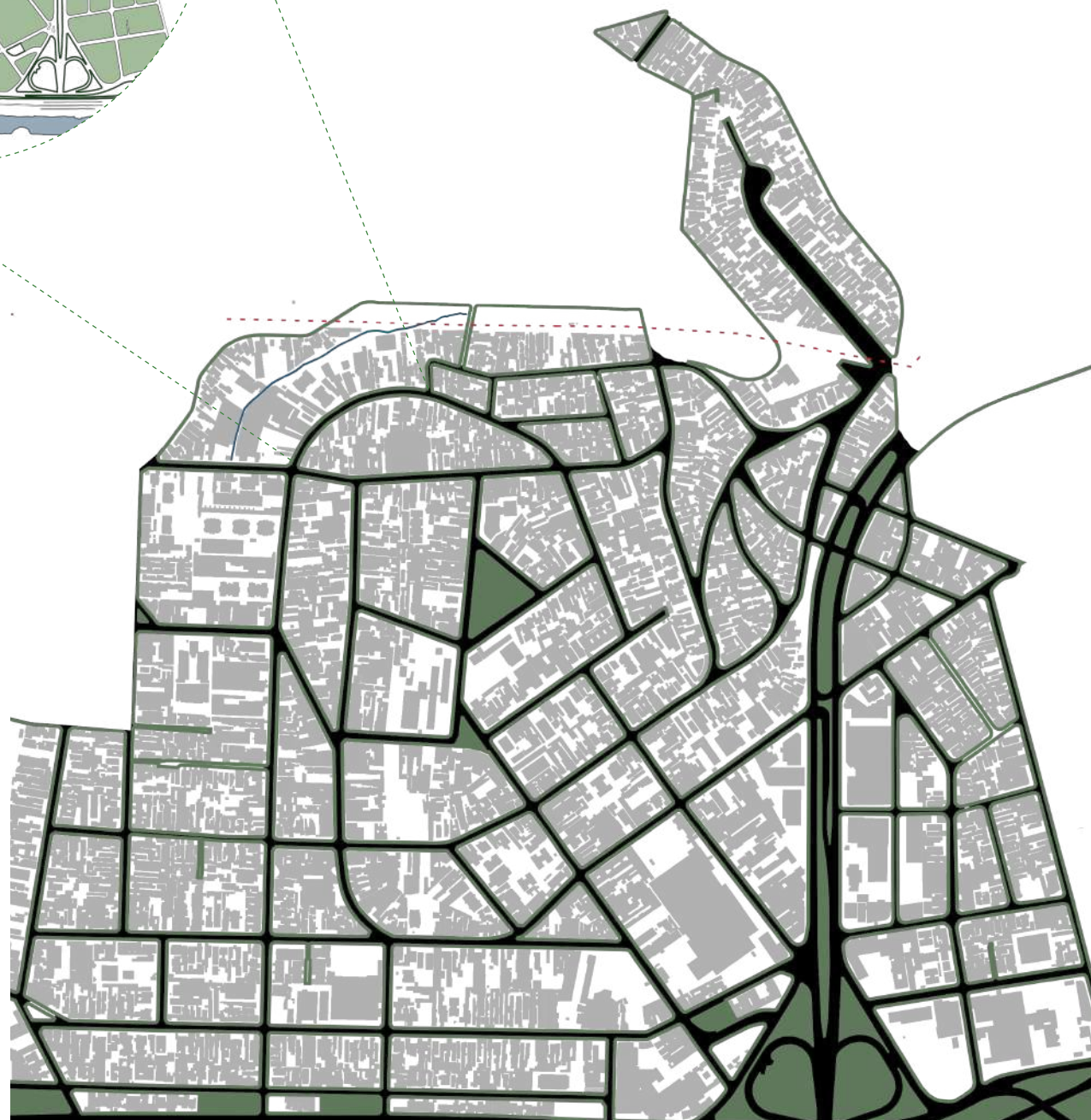


USO DO ESPAÇO

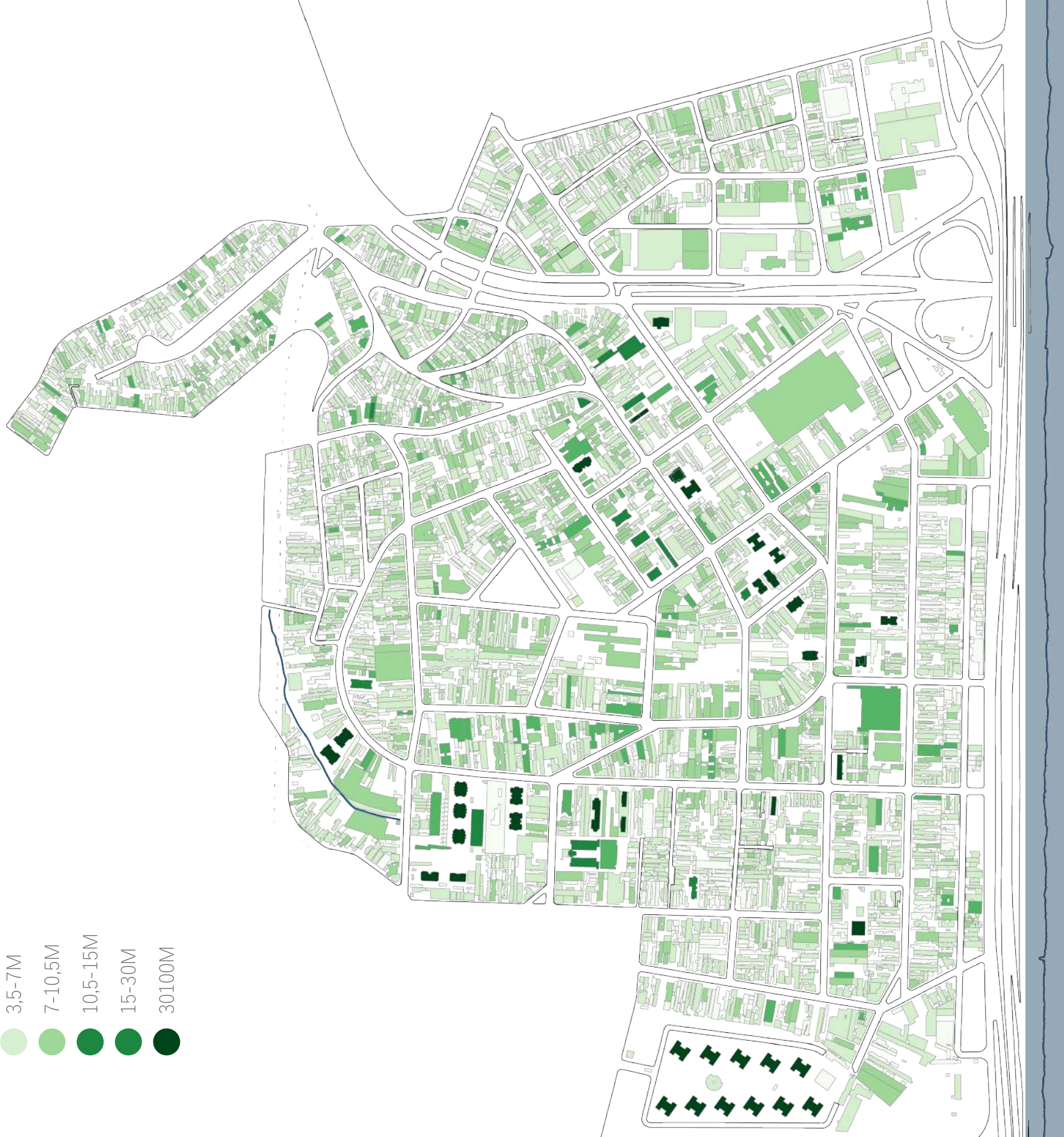


- AUTOMÓVEL
- PEDESTRE / ÁREA LIVRE
- AGUA

Em análise breve dos mapas apresentados, podemos fazer algumas observações: 1) à medida que se afasta da várzea do Rio Tietê, a densidade construtiva aumenta; 2) Há inúmeros lotes "vazios" identificáveis, entre eles estacionamentos, com a potencialidade de cortarem quadras e estabelecerem conexões transversais; 3) na área delimitada pelo bairro, há apenas duas áreas livres de permanência expressivas - sem serem calçada, acesso de ponte ou canteiro; 4) O gabarito do bairro é baixo, com a manifestação de alguns pontos verticais; 5) o zoneamento indica uma mudança de caráter urbano do bairro, com o estímulo a novas centralidades, e prevê também um eixo de estruturação metropolitana na Avenida Casa Verde.



GABARITO



CONCLUSÃO

A partir do estudo do bairro como espacialização da vida cotidiana, o presente trabalho buscou explorar os diferentes conceitos a ele relacionados. O bairro da Casa Verde, objeto de análise, foi escolhido por sua similaridade formal e evolutiva à inúmeros outros bairros da Cidade de São Paulo, que formam um tecido urbano indefinido ao redor dos centros funcionais da metrópole. Ainda, a adoção de um objeto de estudo familiar ao meu cotidiano teve um duplo caráter: o da subjetividade presente em algumas das análises elaboradas, porém um olhar mais sensível às relações travadas no território. A isenção não esteve presente, feliz ou infelizmente.

Primeiramente, foi apresentada a evolução urbana do bairro da Casa Verde em uma tentativa de compreender as forças históricas que o levaram a ser como o é hoje. O resgate da memória histórica do bairro atribuiu ao espaço uma dimensão local, única, que o diferencia de bairros com evoluções semelhantes.

Em um segundo momento, explorou-se conceitualmente o que é o bairro do ponto de vista sociológico (através do trabalho de Pierre Mayol) e como essa configuração é a espacialização da vida cotidiana, com a qual Milton Santos, embasado pelo conceito de "força do lugar", considera ser uma contraposição ao processo hegemônico de globalização. Todavia, cada vez mais absorvido pela velocidade da cidade à medida que essa expande, o bairro tende a integrar uma lógica dual: abriga ao mesmo tempo uma cultura de massas e uma cultura popular, que se interferem e se excluem. Segundo Milton Santos (2002), quem, na cidade, tem mobilidade, acaba por ver pouco da cidade e do mundo. O ver se relaciona não a um sentido literal, mas ao sentido figurado de compreensão; as imagens formadas pela velocidade se contrapõe àquelas formadas pela tempo. Sábios homens lentos.

Ainda, fora apresentada uma tentativa de conceitualização do espaço ordinário construído,

em paralelo à análise de Venturi, Scott-Brown e Izenour (2003) para a faixa comercial de Las Vegas. O olhar para o espaço ordinário é fonte de reflexões sobre como construímos - como somos no espaço. E, sobretudo, como somos no cotidiano, muito mais do que em episódios espetaculares.

“Aprender com a paisagem existente é, para o arquiteto, uma maneira de ser revolucionário. Não do modo óbvio, que é derrubar Paris e começar tudo de novo, como Le Corbusier sugeriu na década de 1920, mas de outro, mais tolerante, isto é, questionar o modo como vemos as coisas.”
(VENTURI, SCOTT BROWN, IZENOUR, p. 25).

Por fim, o caderno em anexo é resultado de expectativas, registradas por diagramas e desenhos. Os eixos estruturadores da proposta são os deslocamentos cotidianos, ancorando-os em atividades culturais, educacionais, esportivas e sociais. A arquitetura é vinculada ao caminhar, antes de determiná-lo. A resignificação da ação dialoga com a resignificação dos espaços vazios, outrora estacionamentos. O

O protagonismo da arquitetura é sem dúvida uma questão recorrente. O cotidiano legitima e atribui significação ao espaço, em contraposição à valorização por meio de teorias arquitetônicas

generalizantes. Cabe projetar suportes físicos que embasem a ação, possibilidades de encontros e permanências; cabe desenvolver a sensibilidade para o que nos é primitivo.

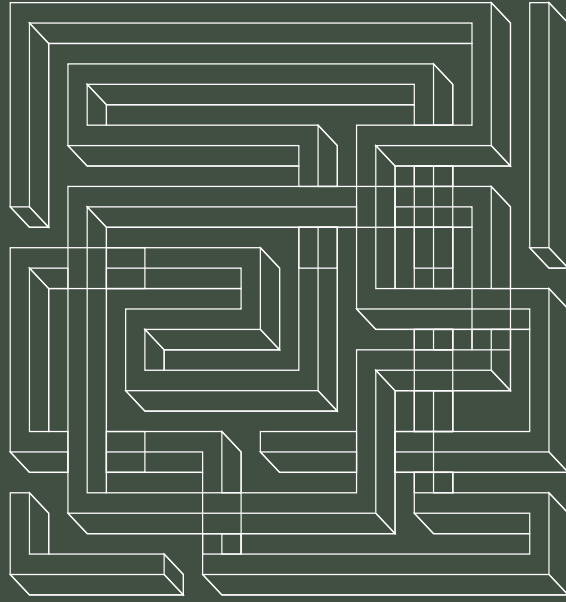
BIBLIOGRAFIA

- CALVINO, Ítalo. Mainardi, Diogo (trad). **As cidades invisíveis**. 2.ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- CARERI, Francesco. Jacques, Paola Berenstein (pref). Tiberghien, Gilles (pref). Bonaldo, Frederico (trad). **Walkscapes : o caminhar como prática estética**. São Paulo, Gustavo Gili, 2013
- CERTEAU, Michel de. GIARD, Luce (colab). MAYOL, Pierre (colab). Alves, Ephraim Ferreira (trad). Orth, Lucia Endlich (trad). **A invenção do cotidiano: artes de morar**. 9. ed.. Petrópolis, Vozes, 2009.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *Higienópolis: grandeza de um bairro paulistano*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo, EdUSP, 2018, 2011.
- LEITE, Aureliano. **Pequena história da Casa Verde**. São Paulo, Elvino Pocaí, 1939.
- MEYER, Regina Maria Prosperi. GROSTEIN, Marta Dora. BIDERMAN, Ciro. **São Paulo metrópole**. São Paulo, EDUSP, IMESP, 2004.
- PALLASMA, Juhani. **Essências**. São Paulo, Gustavo Gili, 2018.
- ROLNIK, Raquel. **São Paulo**. São Paulo, Publifolha, 2001.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo, Studio Nobel FAPESP, 2003.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo, EDUSP, 2004.
- TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo, três cidades em um século**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1981
- VENTURI, Robert. IZENOUR, Steven. BROWN, Denise Scott. **Aprendendo com Las Vegas: o simbolismo (esquecido) da forma arquitetônica**. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.
- ZUMTHOR, Peter. **Atmosferas**. São Paulo, GG Brasil, 2009.



uma arquitetura de passagens

no bairro da casa verde



Caminhos cotidianos

caderno de projeto

**Caminhos cotidianos:
uma arquitetura de passagens no bairro da Casa Verde**

Trabalho Final de Graduação
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São
Paulo [FAUUSP]
Junho de 2019

Marília de Castro Garson
Orient. Luís Antônio Jorge

INTRODUÇÃO

1

“PEQUENA” HISTÓRIA DA CASA VERDE

- 1.1 DE SESMARIA A SÍTIO
- 1.2 DE SÍTIO A BAIRRO

2

O BAIRRO

- 2.1 REDE DE RELAÇÕES
- 2.2 O ESPAÇO CONSTRUÍDO

3

ARQUITETURA DE PASSAGENS

A GEOGRAFIA DO LUGAR

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

4

ARQUITETURA DE PASSAGENS: ANEXO

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO
ENSAIO

¹ Vale dizer que a união de materiais com o intuito de fornecer abrigo também é um espaço arquitetônico primitivo, vernacular. Provavelmente o autor se refere ao espaço arquitetônico pensado de uma maneira coletiva.

ARQUITETURA DE PASSAGENS

A cidade, onde nos tornamos cidadãos e podemos ser vistos, começa logo depois da nossa porta, lá onde a rua simboliza a vida pública. (CARERI, 2018, p. 20)

Nos templos egípcios, excetuando-se a cela escura onde se situava a imagem do deus, cada parte do complexo era concebida como lugar de trânsito. (...) Não eram espaços pensados para a assistência de celebrações religiosas, mas espaços a se percorrer, construídos para as iniciações que tornavam sagrado e simbólico o eterno errar. (...) Portanto, o percurso é um espaço anterior ao espaço arquitetônico¹. (CARERI, 2018, p.63).

Os eixos de deslocamento estruturam toda a intervenção. Tais eixos, costurados entre espaços vazios de estacionamento e espaços livres de lotes públicos, criam acessos um percurso transversal ao cortar as quadras. Com o objetivo de explorar o caráter lúdico do caminhar cotidiano, o desejo primário foi o de que o deslocamento estivesse sempre em diálogo com os equipamentos em uso. Assim, todo caminhar estaria ancorado em espaços de permanência em contraposição ao percurso direto. A proposta de ruas compartilhadas permite a redução da velocidade a fim de equalizar o uso em passagem e permanência, além de propor um tempo mais lento de apreensão.

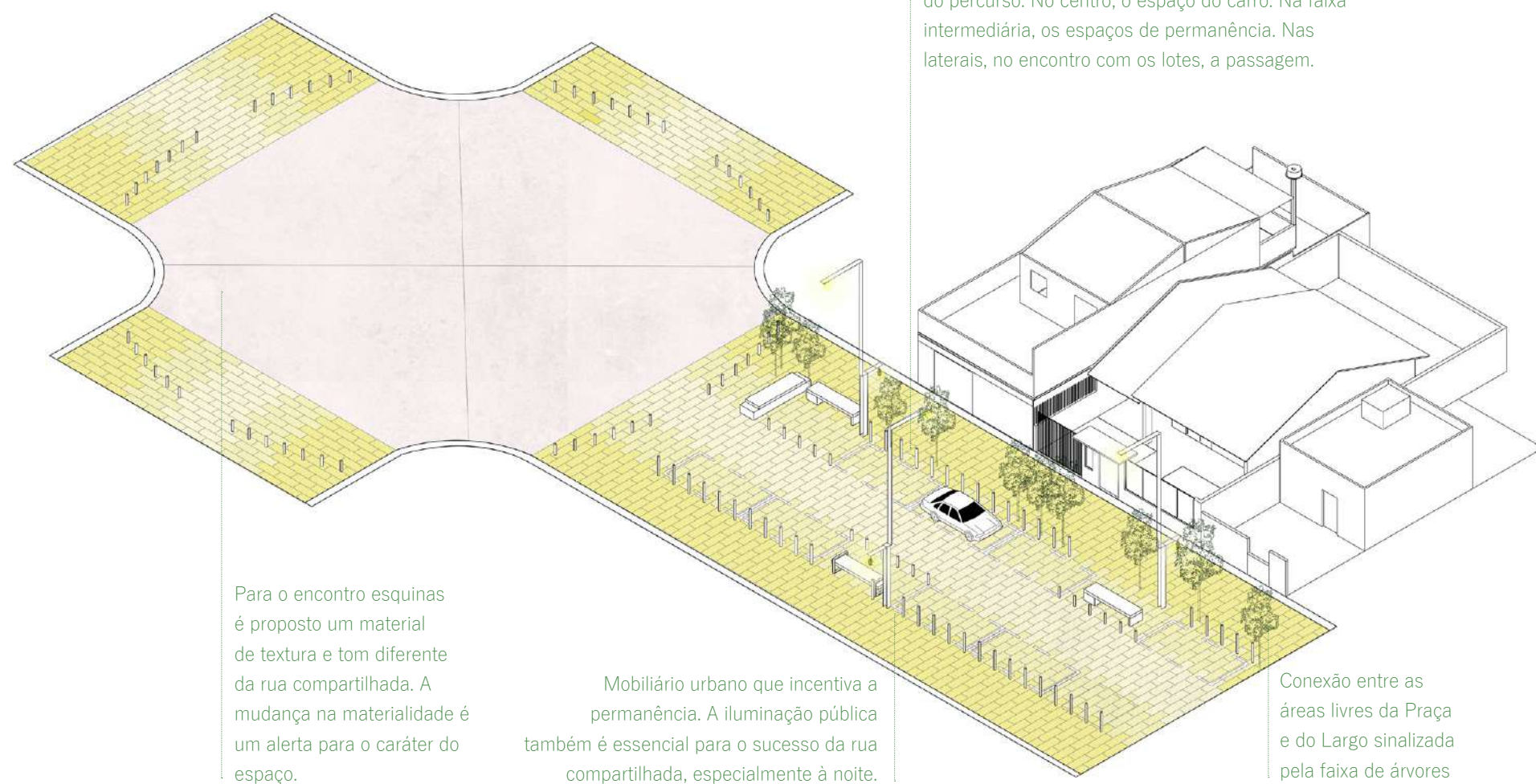
Como mencionado, todas as possibilidades de ocupação do espaço público foram consideradas, independente do seu grau de privacidade. A biblioteca de escala local e o FABLAB estão inseridos no lote da E.E Benedito Tolosa. Os espaços ocupados pelos equipamentos funcionam atualmente como uma quadra e um espaço remanescente do conjunto,

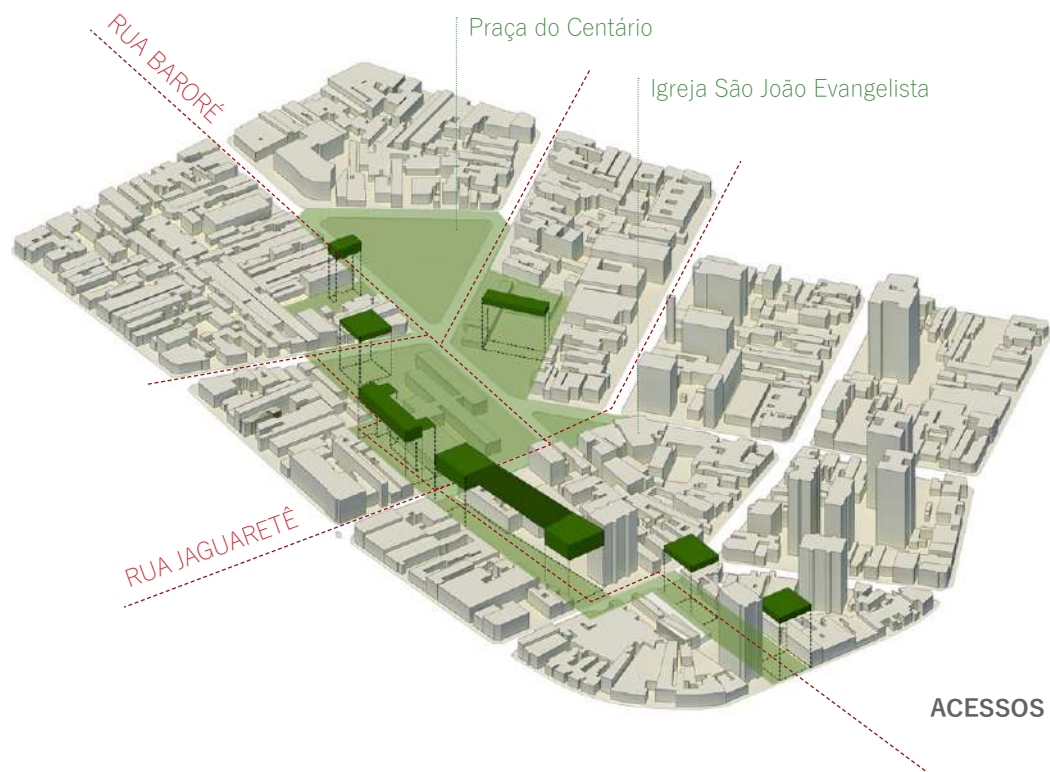
respectivamente. Propõe-se o remanejamento da quadra para o atual estacionamento da escola, de frente para a Rua Baroré. Considerando a abertura do lote, a quadra é vista como uma possibilidade de integração e transição entre a rua e os blocos escolares existentes.

Uma vez que a área de intervenção é em declive, utiliza-se a ponta do lote da EMEI Abelardo Galdino Pinto como arquibancada natural para a

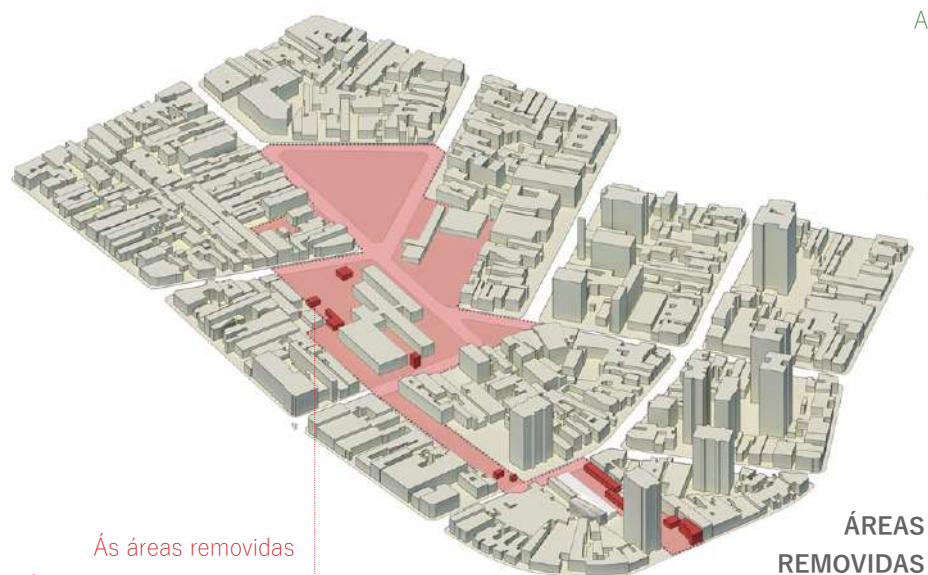
rua, separada em diversos níveis de acesso de acordo com as curvas de nível. De modo diferente da E.E. Benedito Tolosa, a abertura completa do lote é mais complexa pela faixa etária dos alunos. A fim de separar os fluxos internos e externos, é proposto um bloco de um pavimento, que cria uma praça privada para a EMEI e controla a permeabilidade do lote. O programa imaginado para o anexo contempla salas multiuso e ateliês, cuja flexibilidade de utilização atende à diferentes públicos e faixas etárias.

RUA COMPARTILHADA

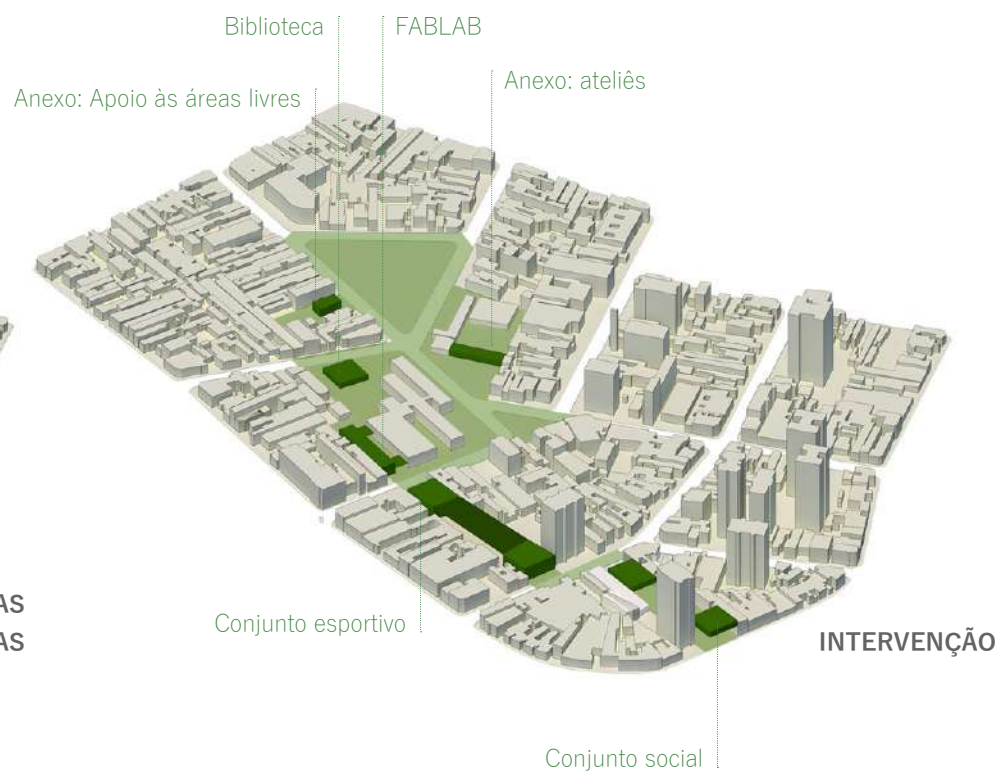




A Praça Centenário e o pequeno largo em frente à atual Igreja São João Evangelista são os dois polos da conexão extra-quadra, atravessados pelo eixo escolar. Como são áreas livres expressivas do bairro, permanecem com seu uso original. Ainda, em frente à Praça Centenário, é proposta a ocupação de uma residência sem uso atual; em contrasten com as outras ocupações da área de intervenção, a residência é implantada no meio do lote e apresenta os quatro recuos bem definidos. Dentro da intervenção, a construção poderia funcionar como administração e coordenação de atividades ao ar livre, abrindo-se à rua Baroré pela extensão da Praça Centenário.

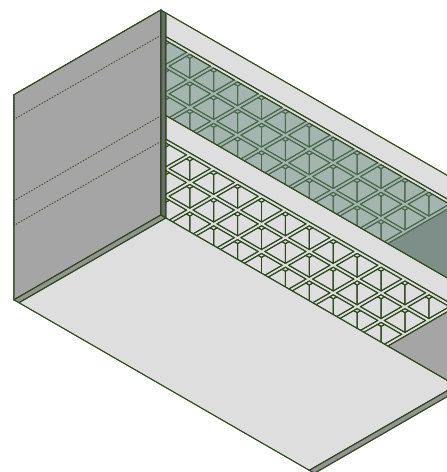


Às áreas removidas foram pequenos anexo ou construções cujo programa poderia ser remanejado (guarita, banheiros, etc).



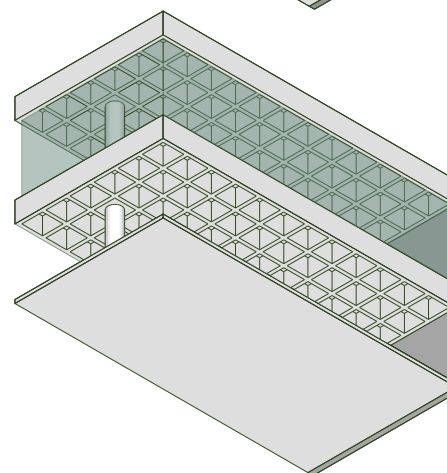
Seguindo, há o centro esportivo e da comunidade. O atual lote abriga um estacionamento de frente dupla, que já corta a quadra e revela a vocação para a conexão entre as ruas Jaguaretê e Saguiru. Com acesso pela rua Jaguaretê, o bloco da academia, elevado, funciona como um pórtico de entrada. Estruturalmente, é ancorado por paredes-pilares (A) localizadas no limite do lote. Conforme adentramos, com o bloco sob as cabeças, gradualmente vemos a luz que entra pela cobertura em shed do ginásio, orientada para o sul. A medida que o terreno desce, o ginásio ganha altura. Sinalizando a saída (ou a entrada, dependendo do percurso realizado), há o bloco elevado do restaurante e da administração do conjunto.

Temos então o conjunto final, de atividades sociais. Assim como o conjunto esportivo, ele é organizado em dois blocos que marcam os acessos - com a mesma lógica estrutural. O primeiro bloco abriga o centro de memória do bairro, com espaço para eventos e exposições de escala reduzida. O segundo bloco, lindeiro à Rua Bernardino Fanganiello, concentra atividades relacionadas à mediação jurídica e apoio legal - Casa de Mediação. Com um desnível mais acentuado do que o conjunto esportivo, as escadas foram organizados de modo a criar pequenas praças e arquibancadas para possíveis projeções na empena do bloco que abriga a "Casa" de Mediação.



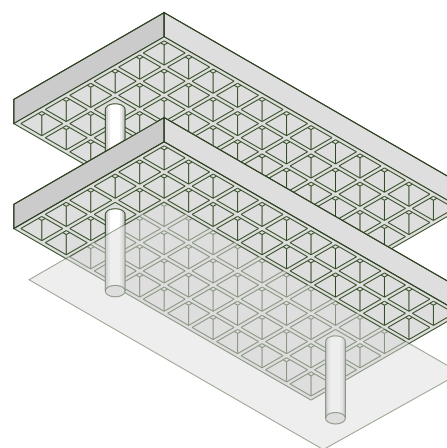
(A)

Paredes estruturais no limite do lote e Laje nervurada. Utilizada nos blocos do conjunto esportivo e social.



(B)

Paredes estrutural no limite do lote, pilar e laje nervurada. Utilizada no FABLAB.



(C)

Pilares e laje nervurada. O pilar intermediário deixa parte da laje em balanço. Utilizada na Biblioteca.

PRAÇA DO CENTENÁRIO

Rua Bororé

ANEXO: APOIO ÀS ATIVIDADES
AO AR LIVRE

EMEI ABELARDO
GALDINO PINTO

ANEXO: ATELIÊS

Rua João Rudge

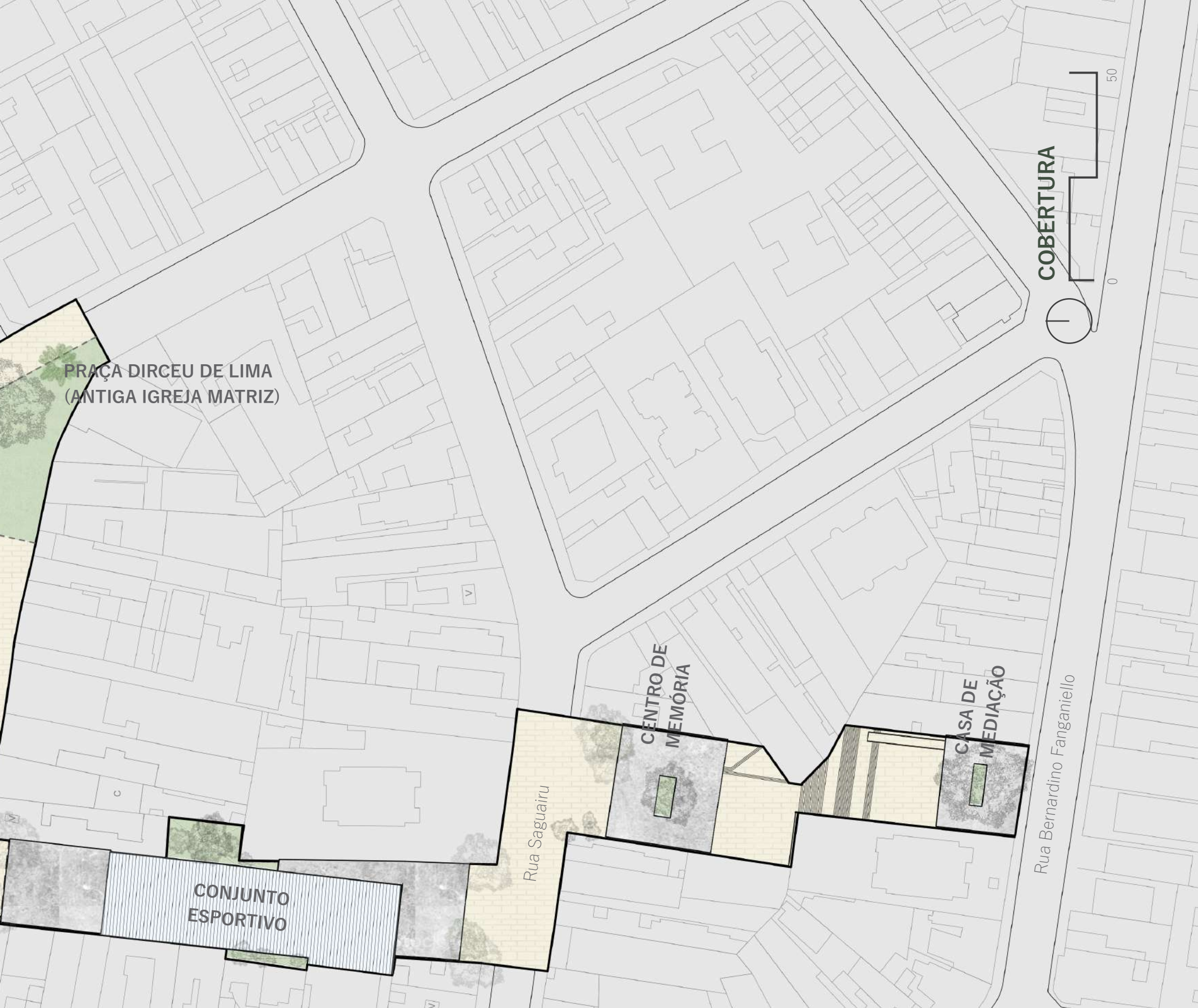
Rua Marino Félix

BIBLIOTECA

E.E. BENEDITO
TOLOSA

FABLAB

Rua Jaguaretê



PRAÇA DIRCEU DE LIMA
(ANTIGA IGREJA MATRIZ)

CENTRO DE
MEMÓRIA

CASA DE
MEDIAÇÃO

CONJUNTO
ESPORTIVO

Rua Saguairu

Rua Bernardino Fanganiello

COBERTURA





PRAÇA DO CENTENÁRIO

EMEI ABELARDO
GALDINO PINTO

ANEXO: ATELIÊS

+763.00

Rua Bororé

ANEXO: APOIO ÀS ATIVIDADES AO AR LIVRE

Rua Marino Félix

+757.00

TÉRREO



0

25



+762.00

+759.00

Rua João Rudge

PRAÇA DIRCEU DE LIMA
(ANTIGA IGREJA MATRIZ)

+755.00

E.E. BENEDITO TOLOSA

+753.00

CENTRO ESPORTIVO

+751.00

CENTRO ESPORTIVO

+751.00

+748.00

+747.00

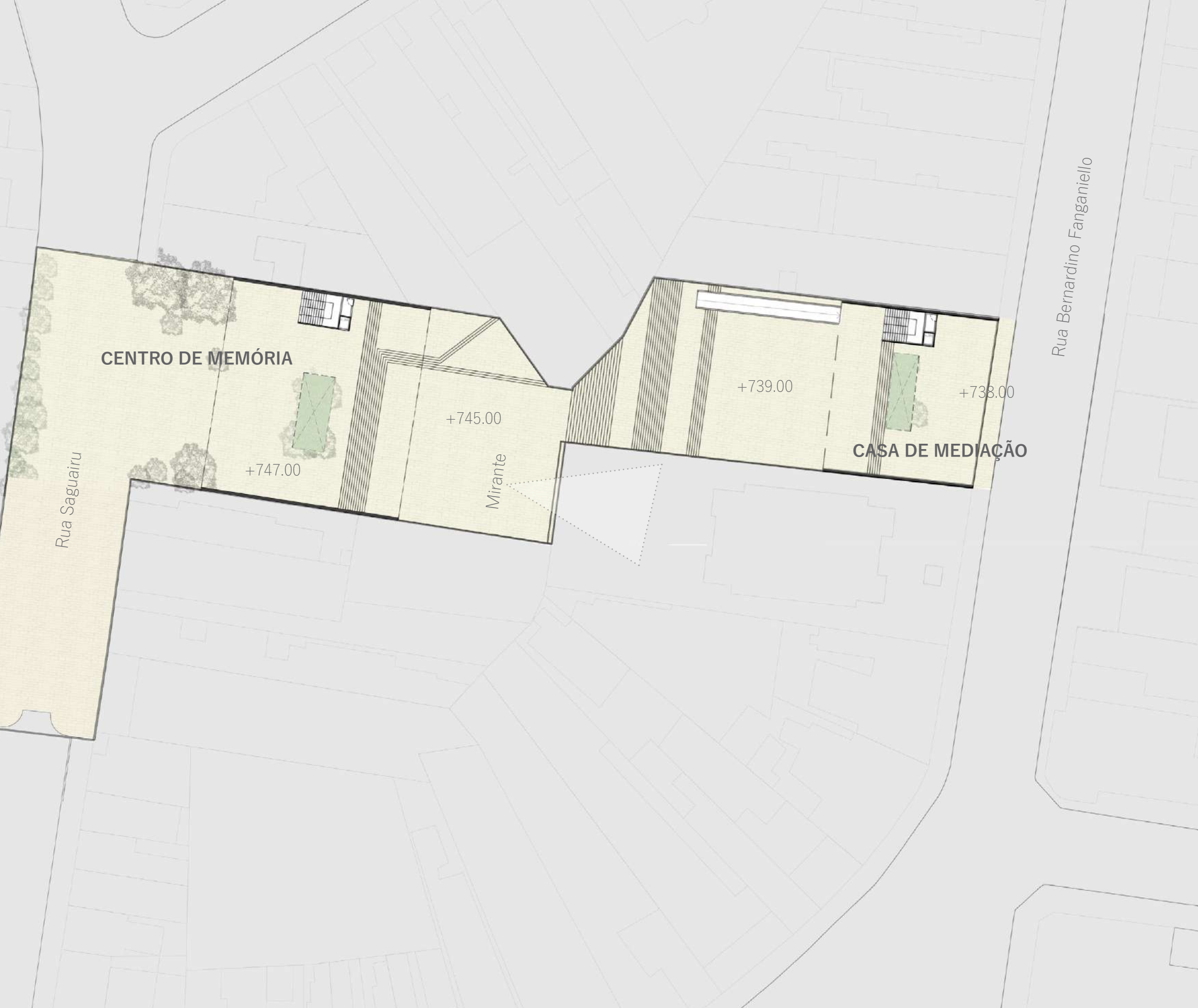
+747.00

TÉRREO



0

25



CENTRO DE MEMÓRIA

CASA DE MEDIAÇÃO

Rua Saguiru

Rua Bernardino Fanganiello

+747.00

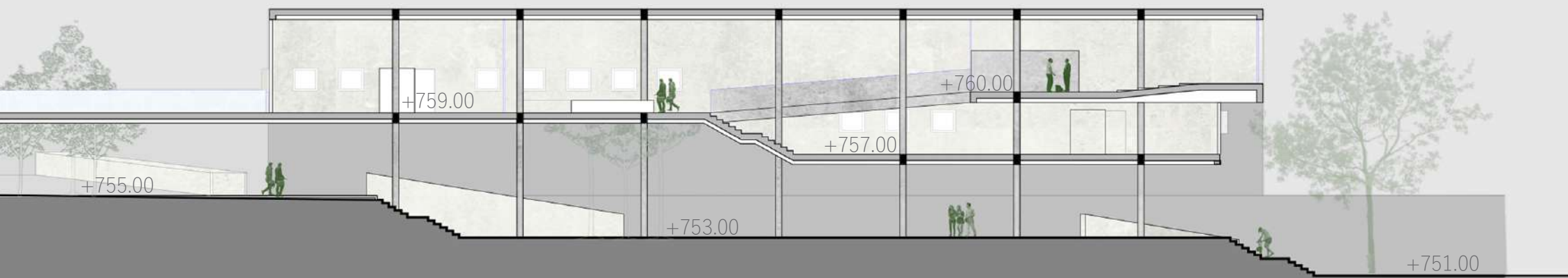
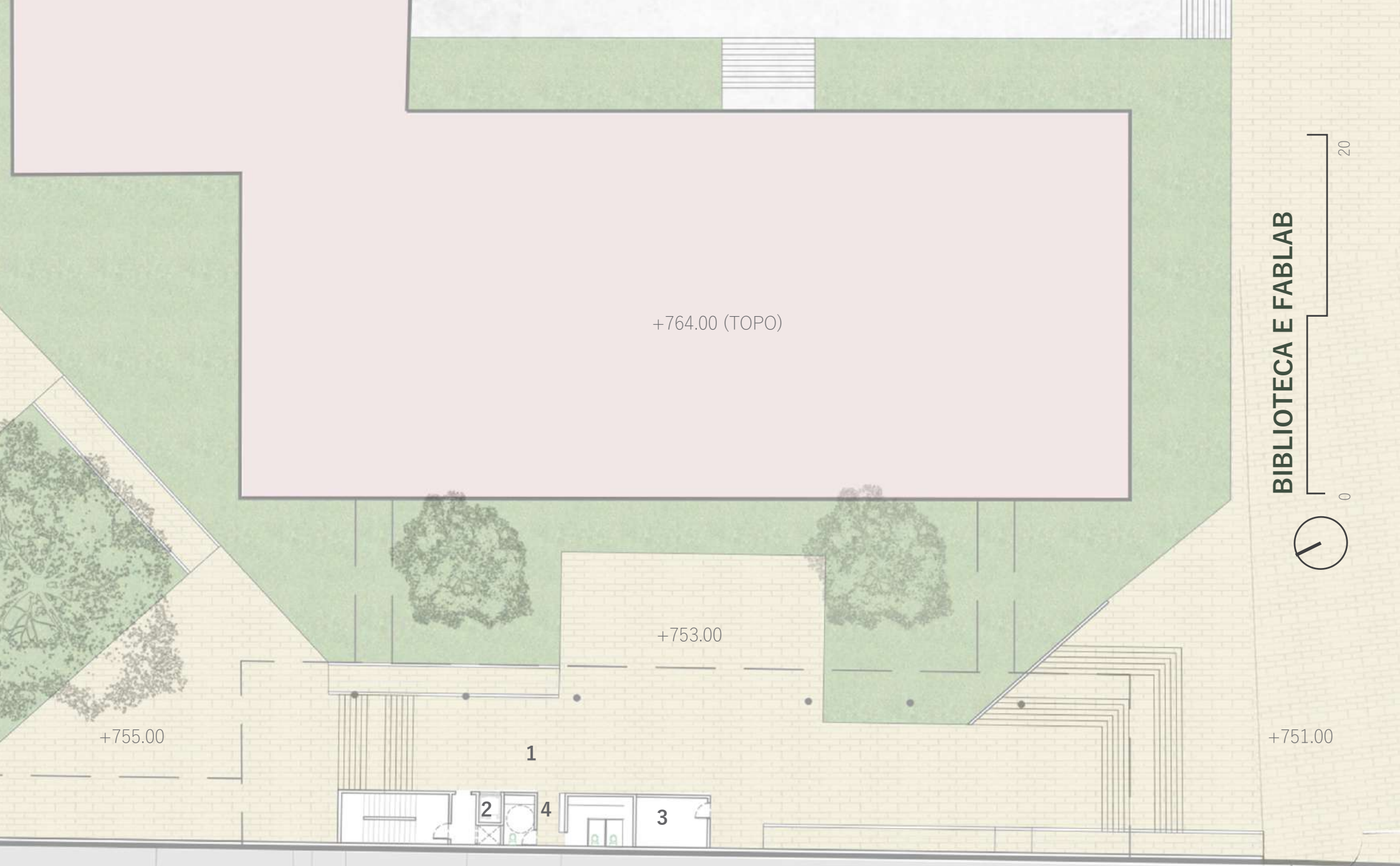
+745.00

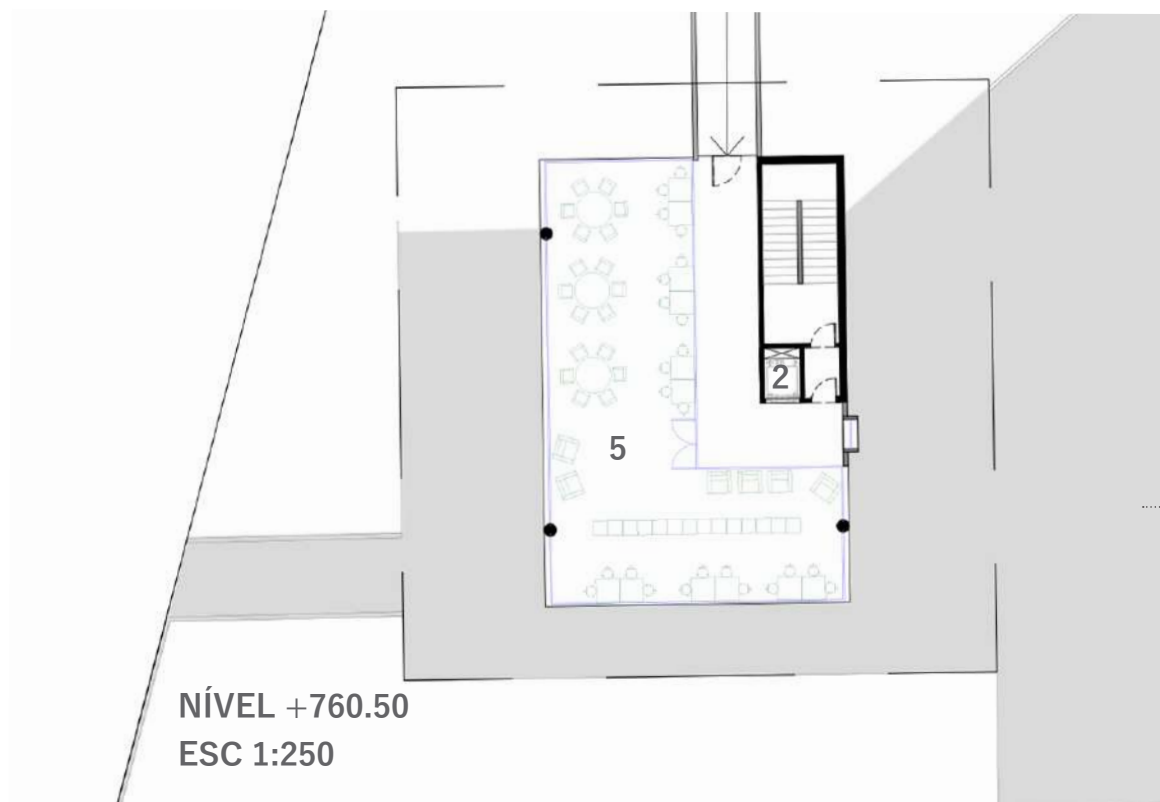
+739.00

+738.00

Mirante

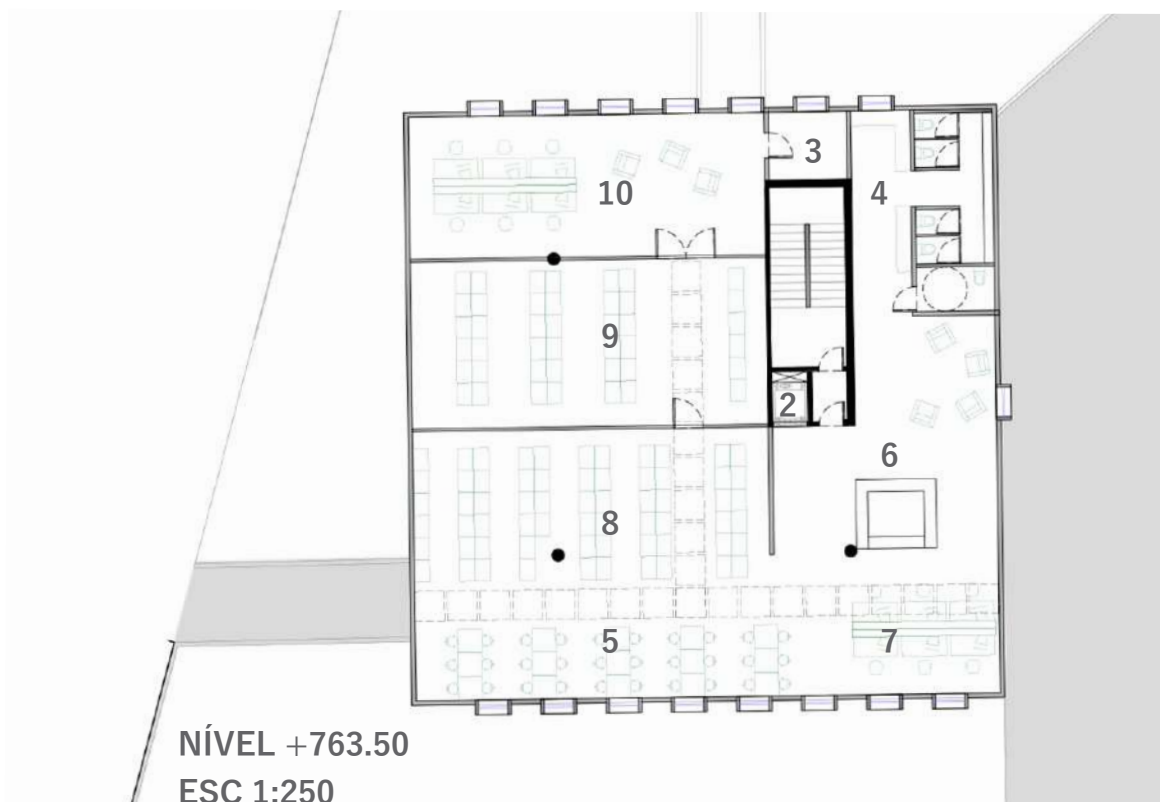






BIBLIOTECA FABLAB

- 1 Acesso Principal
- 2 Elevador
- 3 Depósito
- 4 Sanitários
- 5 Sala de leitura
- 6 Recepção
- 7 Terminal de Consulta
- 8 Acervo
- 9 Arquivo
- 10 Catalogação / Área técnica
- 11 Café
- 12 Maquinário
- 13 Maquinário / Oficina
- 14 Sala Multiuso
- 15 Materioteca
- 16 Auditório
- 17 Sala de aula E.E. Tolosa
- 18 Exposição
- 19 Administração FABLAB

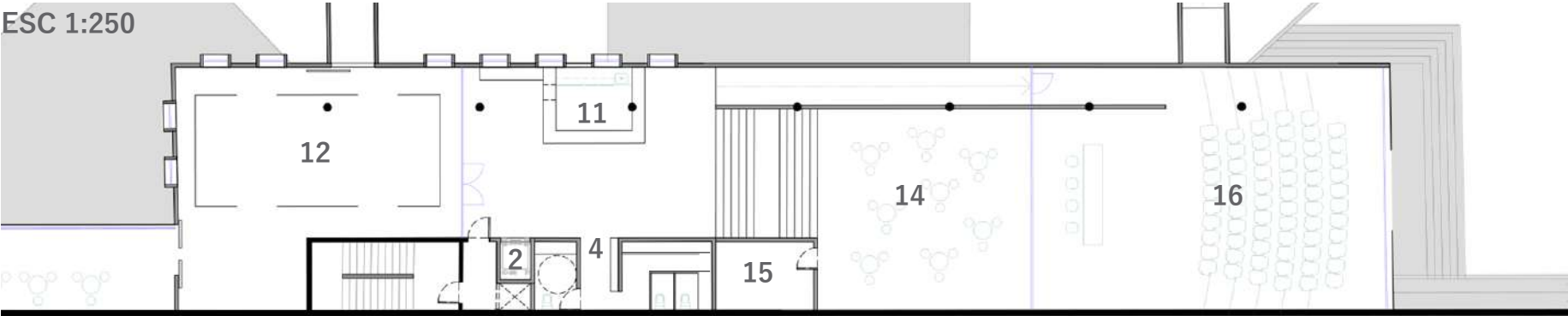


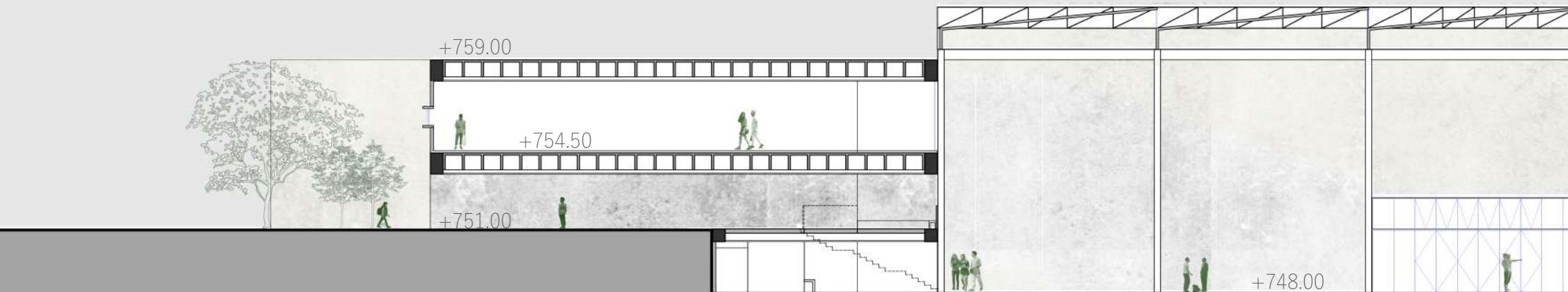
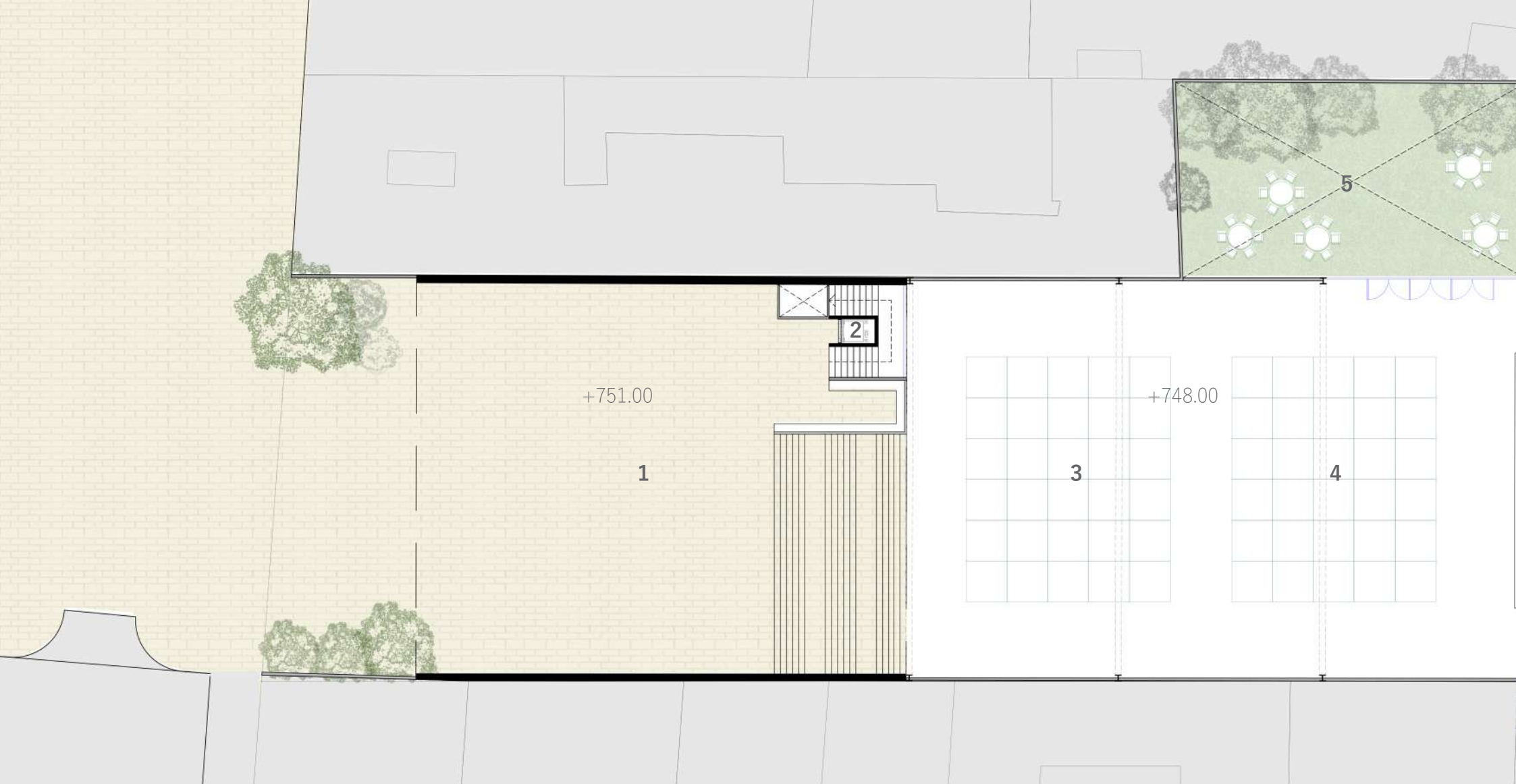
NÍVEL +759.00 /757.00

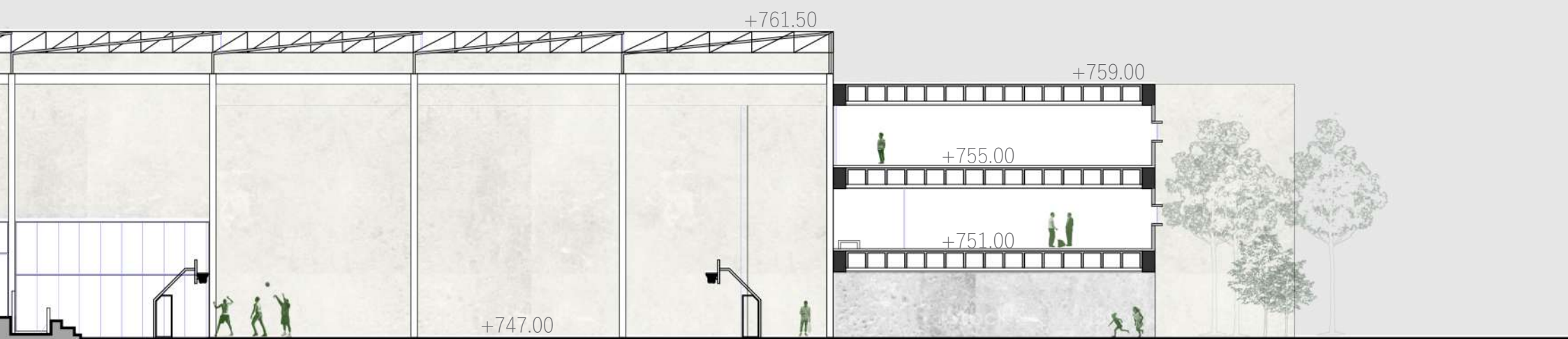
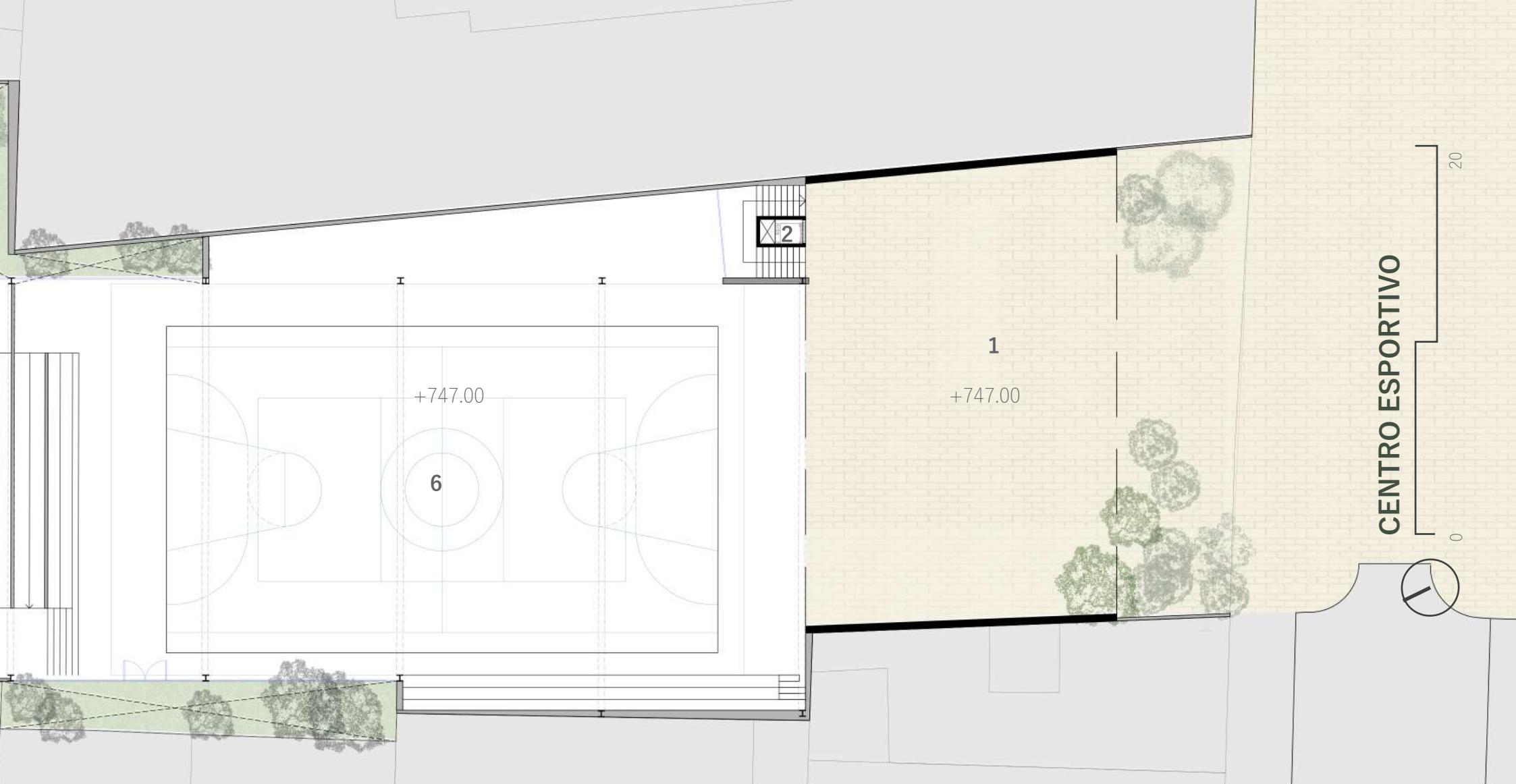


NÍVEL +757.00 /760.00

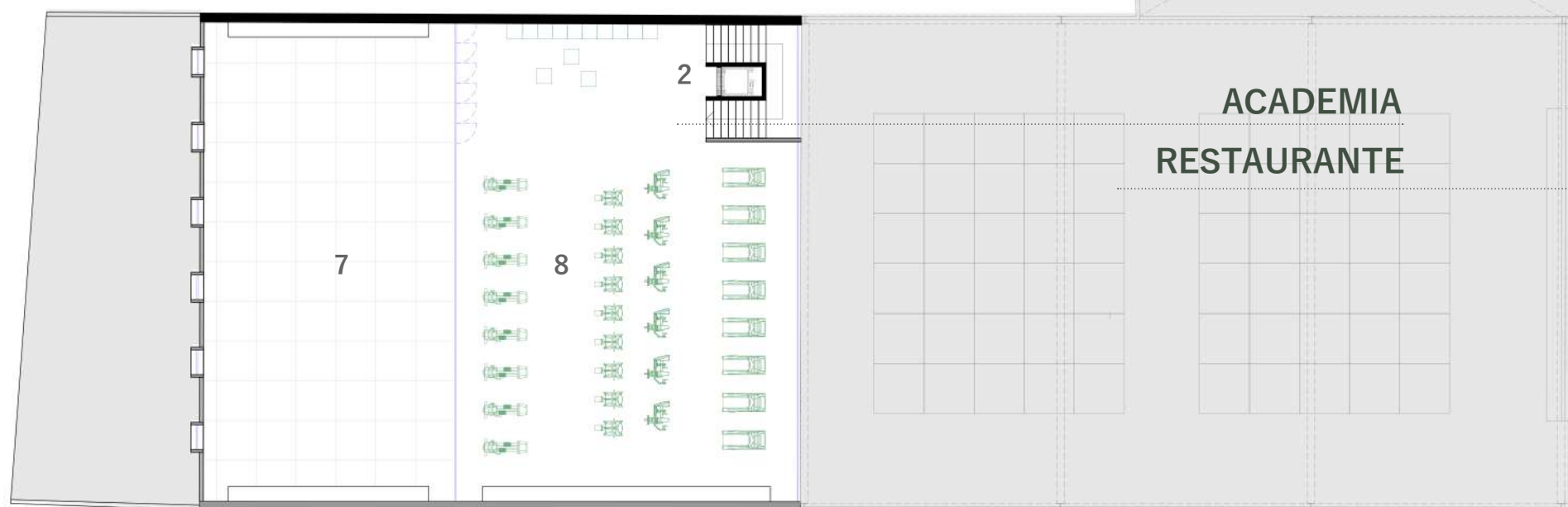
ESC 1:250



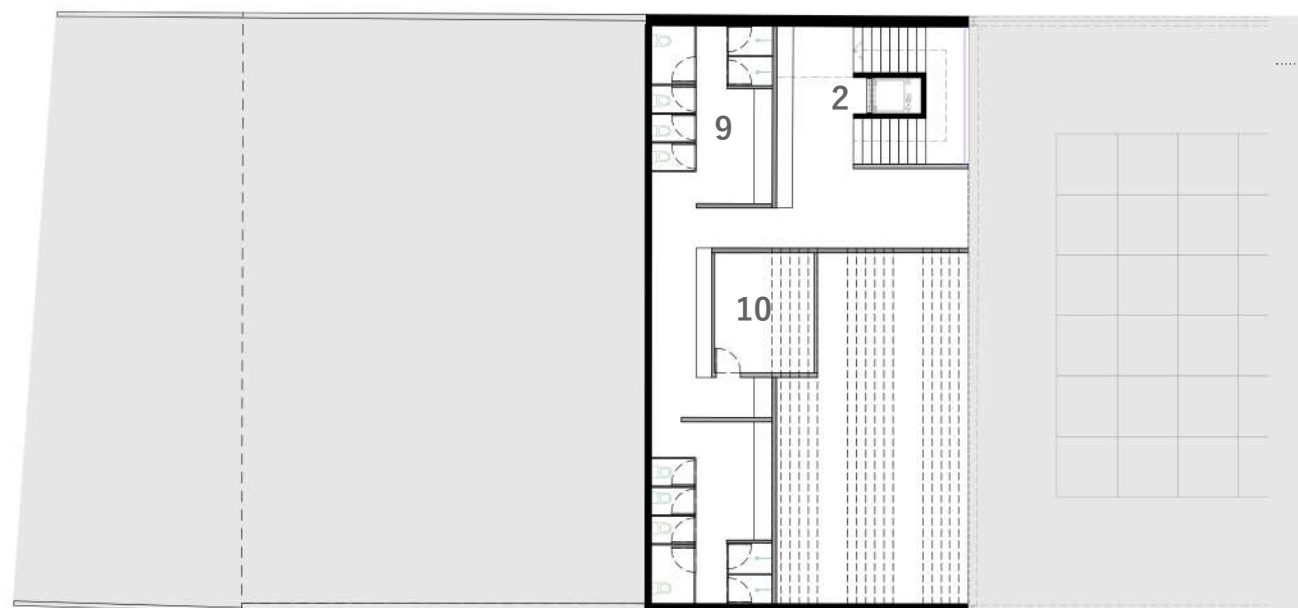




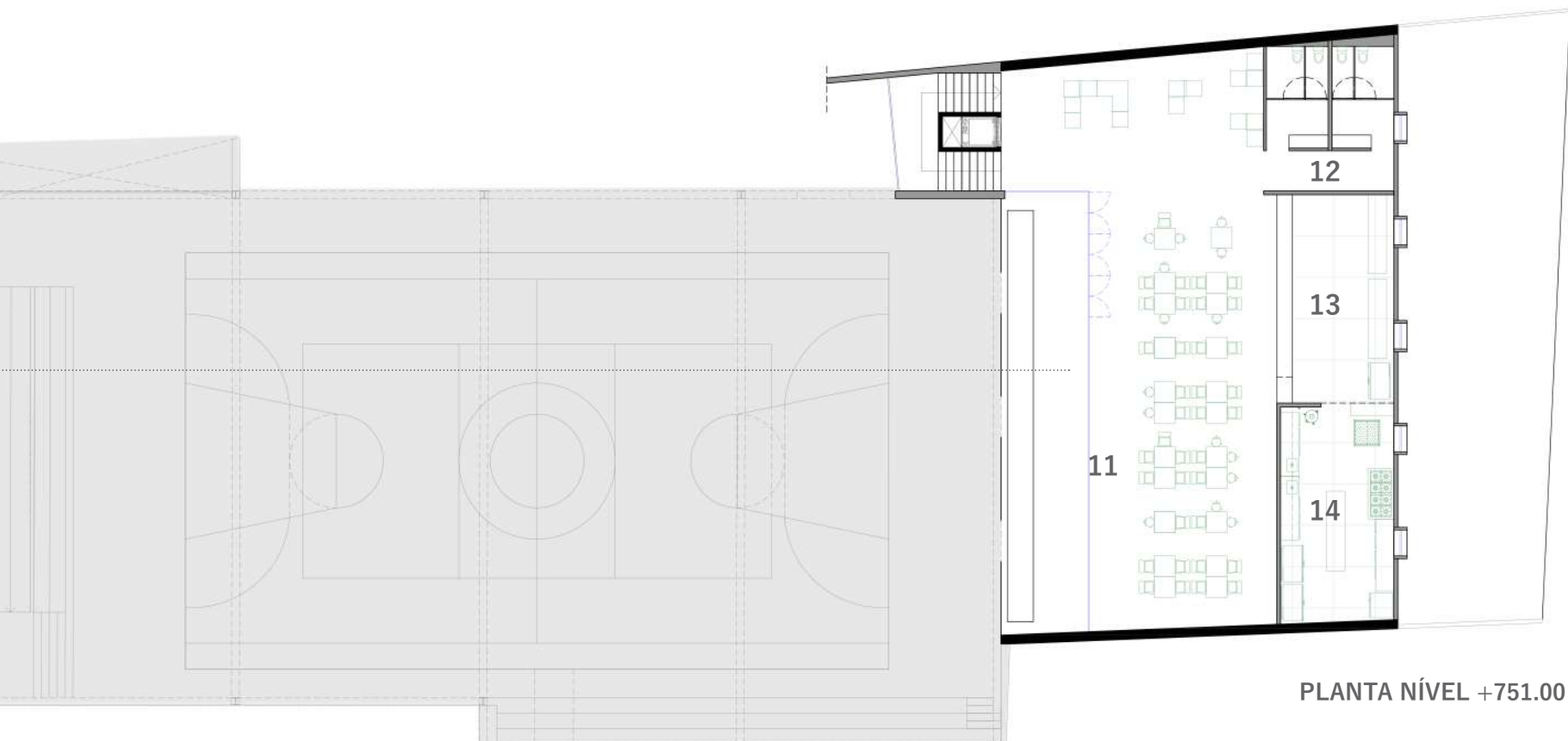
PLANTA NÍVEL +754.50
ESC 1:250



PLANTA NÍVEL +748.00
ESC 1:250



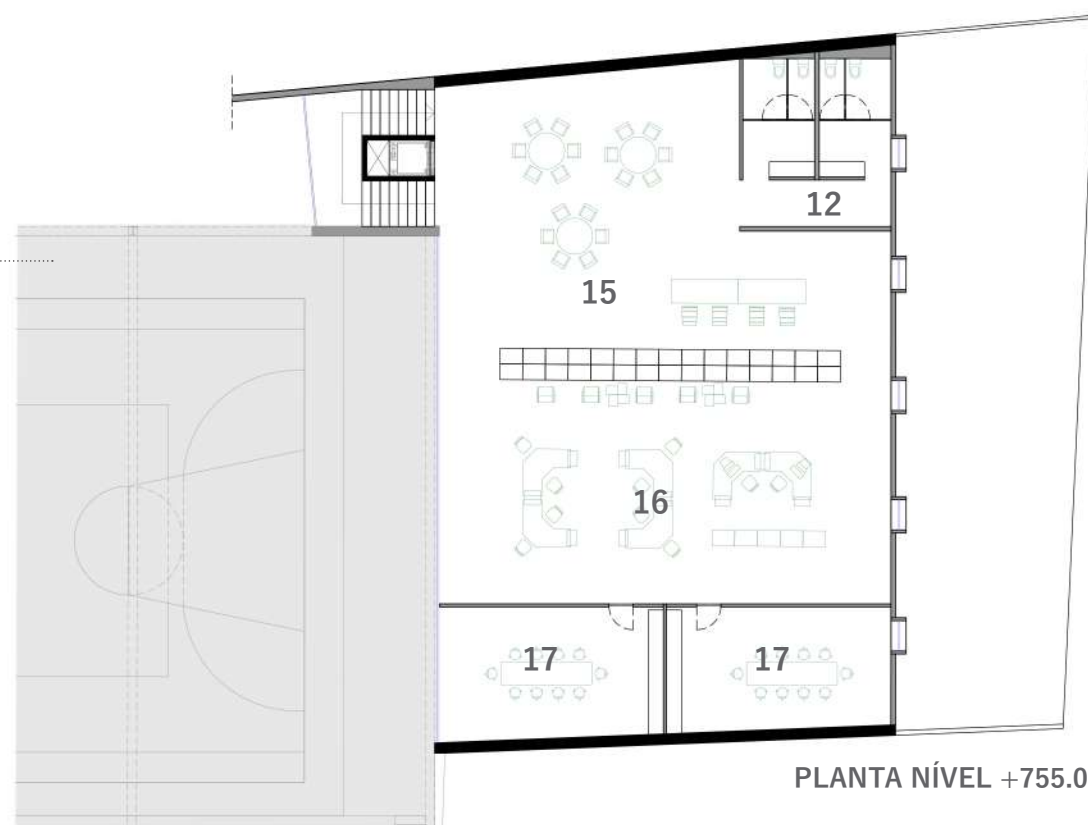
- 1 Acesso Principal
- 2 Elevador
- 3 Salão Multiuso
- 4 Salão Multiuso
- 5 Jardim
- 6 Quadra poliesportiva
- 7 Sala de dança
- 8 Academia



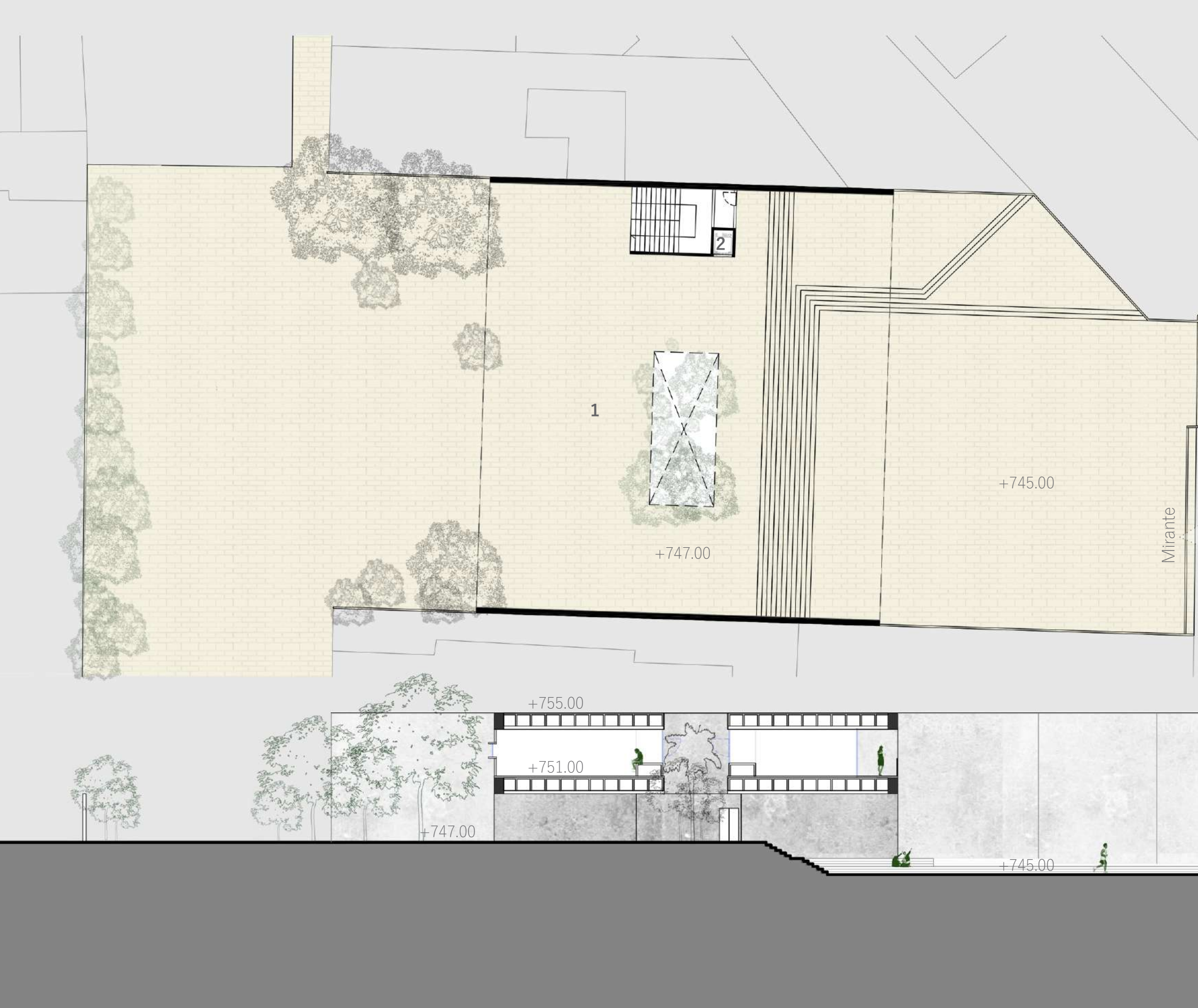
PLANTA NÍVEL +751.00

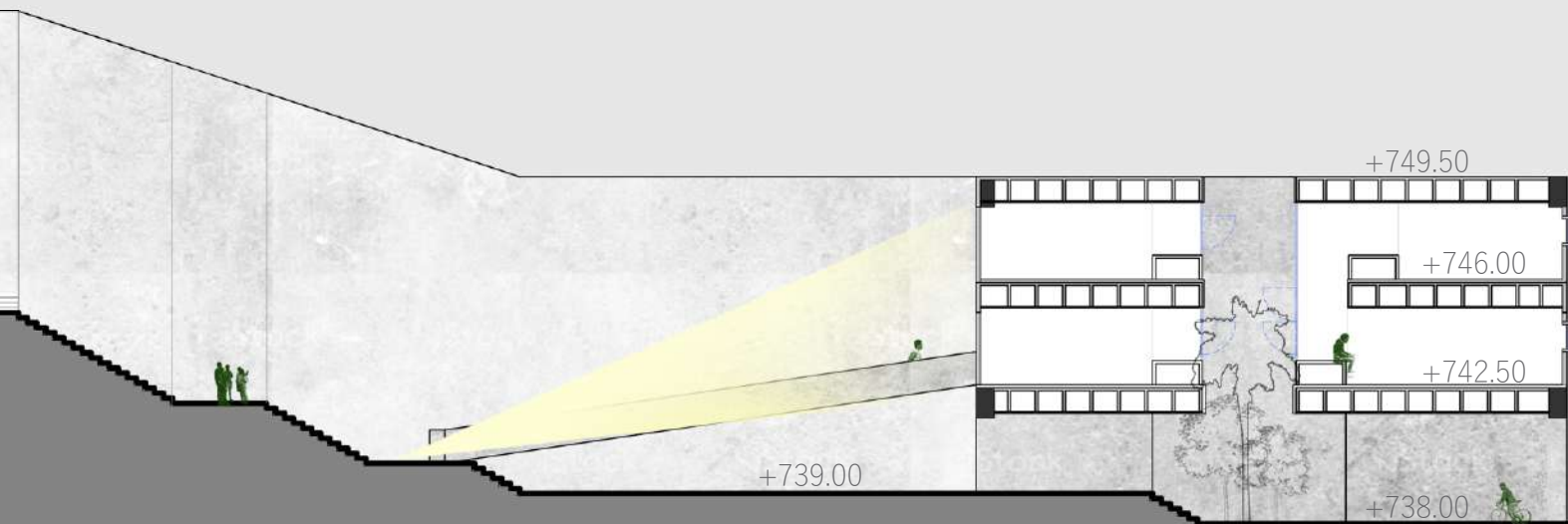
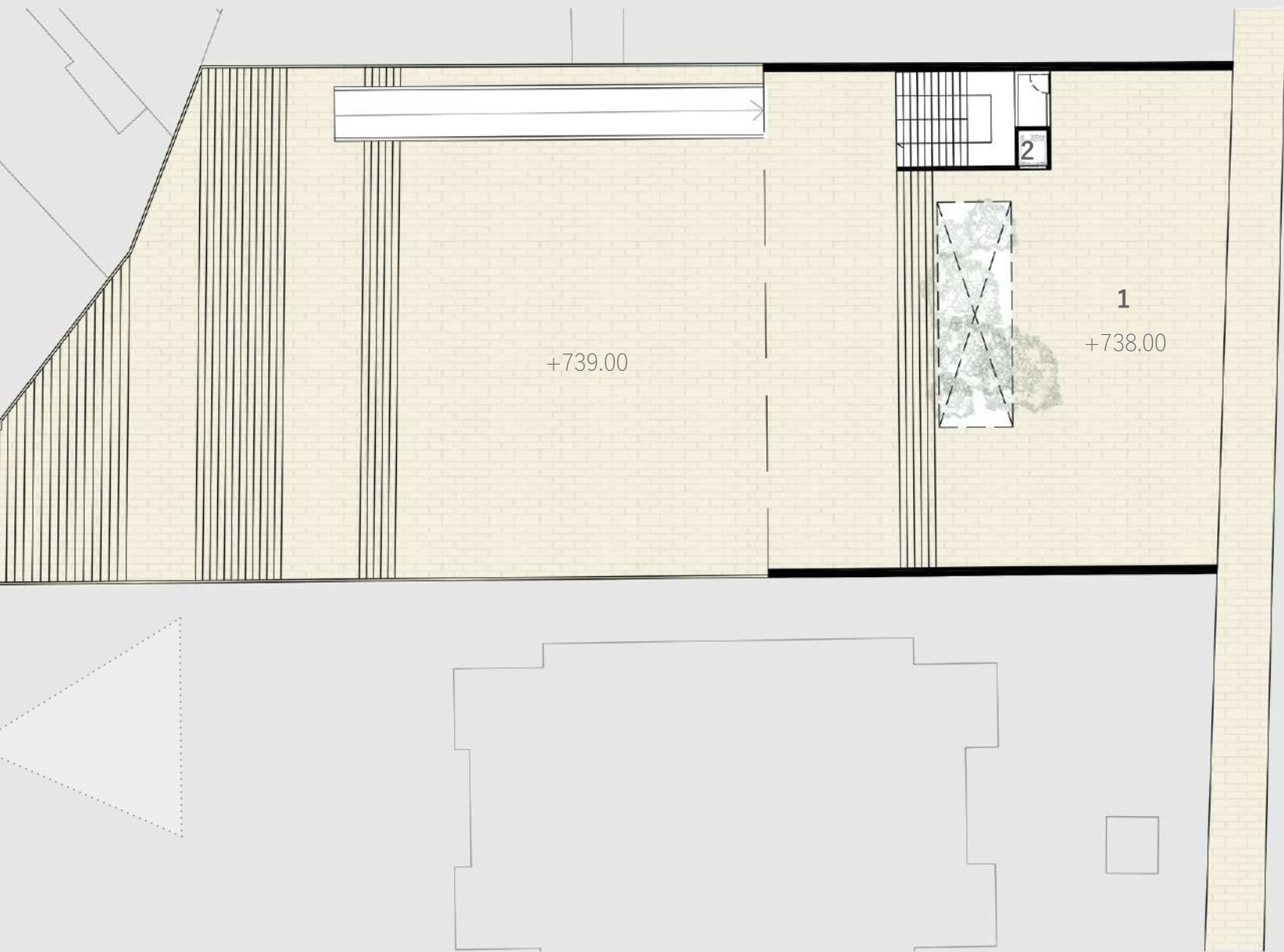
VESTIÁRIO ADMINISTRAÇÃO

- 9 Vestiários
- 10 Material
- 11 Restaurante
- 12 Sanitários
- 13 Pedidos
- 14 Cozinha
- 15 Atendimento
- 16 Administração
- 17 Salas de Reunião



PLANTA NÍVEL +755.00



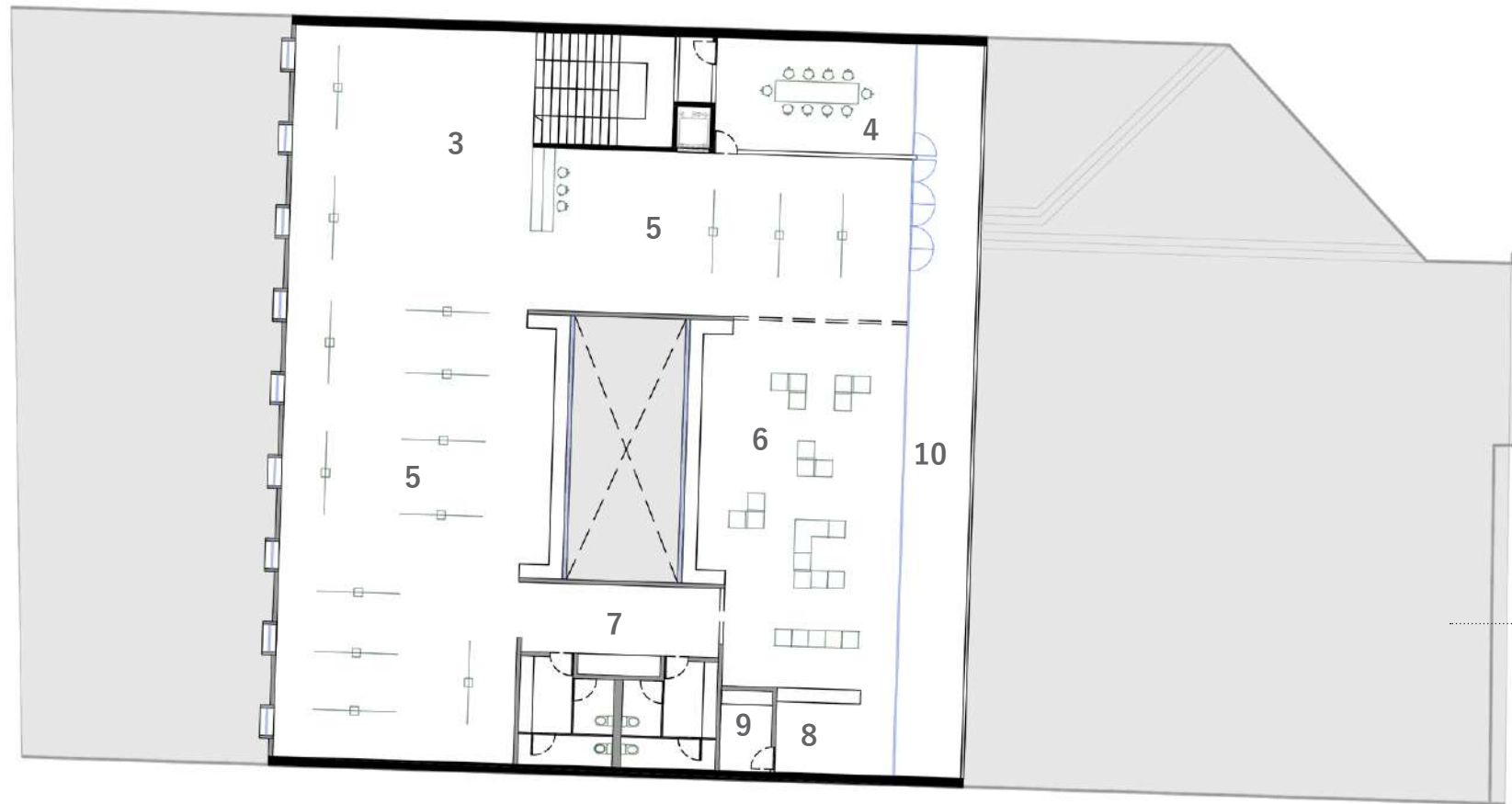


SOCIAL



20

0



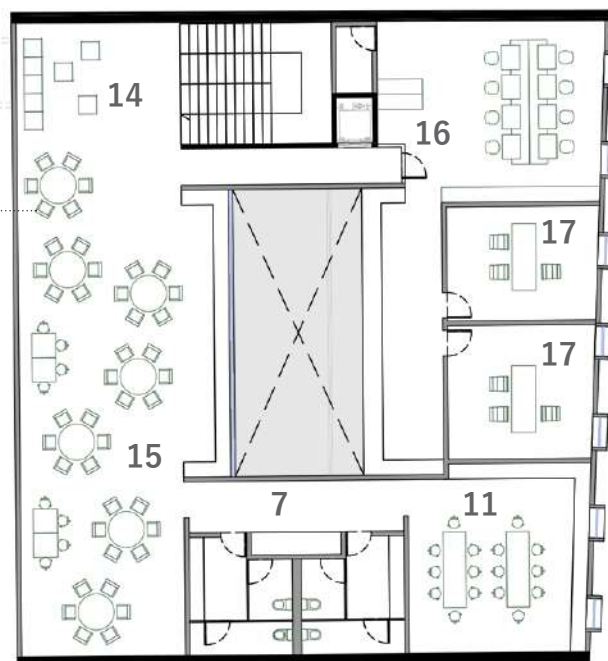
PLANTA NÍVEL +751.00
ESC 1:250



PLANTA NÍVEL +742.50

CENTRO DE MEMÓRIA MEDIAÇÃO

- | | |
|--------------------|--------------------|
| 1 Acesso Principal | 10 Terraço |
| 2 Elevador | 11 Atendimento |
| 3 Entrada | 12 Escritório |
| 4 Sala de Reunião | 13 Depósito |
| 5 Exposição | 14 Lounge |
| 6 Salão Privado | 15 Atendimento |
| 7 Sanitários | 16 Pesquisa |
| 8 Bar | 17 Sala individual |
| 9 Copa | |



PLANTA NÍVEL +746.00
ESC 1:250

Trabalho final de graduação

FAUUSP

Junho de 2019